

**VIDA E RESISTÊNCIA NA FLORESTA:
OS MOVIMENTOS SOCIAIS E A LUTA CAMPONESA NA AMAZÔNIA-ACREANA
PÓS 1970¹**

SILVIO SIMIONE DA SILVA²

RESUMO: Neste artigo tratamos da luta e resistência dos seringueiros perante as transformações do espaço agrário acreano no final do Século XX. Analisamos a questão a partir do ponto de vista de depoimentos de agentes que estiveram na vanguarda desse processo. Assim, tivemos a apreensão integral dos processos de territorialização da reprodução camponesa no espaço agrário, na dinâmica do capitalismo pós-1970.

PALAVRAS CHAVES: Amazônia-Acre. Luta. Resistência. Campesinato. Territorialização.

**LIFE AND RESISTANCE IN THE FOREST:
THE SOCIAL MOVEMENTS AND THE PEASANT STRUGGLE IN THE WESTERN
AMAZONIA (ACRE) AFTER 1970**

ABSTRACT: In this article we discuss the struggle and resistance of rubber latex extractors in the face of the changes of the agrarian space in Acre at the end of the 20th century. We analyze the issue from the point of view of accounts from agents who were at the forefront of this process. Thus, we had full understanding of the territorialization processes of the peasant reproduction in the agrarian space in the dynamics of after-1970 capitalism.

KEY WORDS: Amazonia-Acre. Struggle. Resistance. Peasantry. Territorialization.

CONSIDERAÇÕES INTRODUTÓRIAS.

O território que forma o atual estado do Acre e áreas circunvizinhas do extremo oeste de Rondônia e Sul do Amazonas (Amazônia-acreana) foi ocupado a partir de final do século XIX. Nesta época levam de migrantes trabalhadores nordestinos para aí se dirigiram sob o vigor da implantação do frente pioneira extrativista da borracha. Na produção deste espaço geográfico, os conflitos nortearam diversos processos de lutas entre representantes do capital e trabalhadores no espaço produtivo do seringal. Esses conflitos, primeiramente, se deram entre forças externas que chegavam e grupos nativos da região (indígenas). Consumada a ocupação, no plano político internacional, os conflitos se deram entre brasileiros e os povos hispânicos vizinhos na definição de fronteiras políticas. Isto culminou com a anexação do Acre ao Brasil em 1903. Internamente, os conflitos prosseguiram entre seringueiros e seringalistas.

Todavia, aqui nos interessa os movimentos sociais de resistências que tem se desenvolvidos nas últimas décadas do século XX. Estes referem-se as dimensões internas da constituição de uma classe camponesa na floresta. Esses trazem legados das condições que os reproduziram no contexto produtivo da indústria extrativa que aí se territorializou a partir do final do século XIX. Assim, buscamos apreender as dimensões históricas, socioeconômicas, culturais e política que geraram entre os seringueiros sua constituição uma das multifaces do campesinato amazônico. Estes sujeitos então se apresentam uno, mas sob quatro dimensões humanas, de "Homem" que, ora se conforma, ora se contradiz na produção do seu espaço: o homem da família, o homem da terra na floresta, o homem do trabalho e o homem da luta e resistência. Dimensões estas que se personificam em só indivíduo – o seringueiro. É aí que

¹ Este artigo foi desenvolvido como avaliação da disciplina "Movimentos sociais e luta pela terra", ministrada pelo Prof. Dr. Bernardo Mançano Fernandes, no II semestre letivo do ano 2001, no Programa de Pós-Graduação em Geografia da FCT/UNESP.

² Professor Adjunto do Depto. de Geografia da Universidade Federal do Acre.
Doutor em Geografia da FCT/UNESP

contraditoriamente pós 1960, configura-se as condições objetivas, para a produção real da luta de resistência dos seringueiros. A partir de então se tem o surgimento de toda organização dos movimentos sociais³ que eclodem.

Do ponto de vista metodológico, aqui abordaremos a problemática da luta e resistência dos seringueiros a partir de um confronto entre reflexão teórica e relatos de vida. Primeiramente, resgatamos a dimensão espaço e tempo dos movimentos sociais a partir da oralidade de alguns agentes que estiveram na vanguarda da situação. Em seguida caracterizamos sócio-cultural e socioeconomicamente os agentes sociais que na dinâmica dos processos de (re) territorialização do capitalismo pós 1960, confrontam-se e promovem novas formas de reprodução deste espaço agrário local. Isto então nos possibilita compreender a constituição de um modo de vida seringueiro.

Com o conteúdo dos relatos e de outras fontes, passamos a analisar o papel precursor da pastoral católica nas CEBs (Comunidades Eclesiais de Bases) e da CONTAG (Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura). Estes precursores serão responsáveis pelo despertar da consciência dos posseiros/seringueiros para a luta contra as forças que os expropriavam de suas posses. Por final, apresentamos uma análise dos aspectos da violência, da resistência e das conquistas destes camponeses, no âmbito das dinâmicas que caracterizaram o campo acreano nas três últimas décadas do século XX.

Com isto, pode-se ter uma visão ampla das dimensões socioterritoriais das transformações. Também se tem um panorama da realidade destes camponeses amazônidas em seus processos produtivos, no início deste século.

Sobre a metodologia: a oralidade como caminho para a análise

Numa proposta metodológica de trabalho a partir da oralidade, os relatos de sujeitos sociais que viveram o referido processo de reprodução social é a expressão mais importante. A exposição da análise teórica a partir de uma visão geográfica da questão, tornou-se necessária para efetuarmos o corte temporal e conceitual em que introduzimos os relatos e nossas reflexões. Assim, esta exposição é, sobretudo, a busca do resgate autêntico do conhecimento destes sujeitos que viveram ativamente o momento histórico estudado.

Nisto, mais que a apresentação de entrevistas casuais, nossa proposta perpassa por uma concepção metodológica. Nela, o caminho para conhecer a realidade se dá a partir da participação de agentes do processo vivido, que se expõem ativamente a partir de nossa motivação, enquanto pesquisador.

Nossa reflexão ocorre a partir da intromissão que fazemos na realidade dos sujeitos pesquisados, confrontando-a com o conhecimento produzido. Nesta visão metodológica, não significa queremos dar a última palavra, mas fornecer outras informações, para uma primeira visão analítica da realidade posta por sujeitos que também reflete e age construindo sua realidade. Isto se justifica, pois ao optar por esta metodologia, devemos ter profundo conhecimento da realidade investigada e disposição para buscar outros que aí se mostra cognoscível, abrindo diálogo com esta realidade levantada.

Com estes intuitos, apresentamos depoimentos que combinam visões diversas de sujeitos sociais que participaram dos momentos de maiores efervescências dos conflitos e das reações dos grupos sociais, pós 1970⁴. No conjunto de nossas reflexões estaremos confrontando estes relatos com pesquisas já desenvolvidas⁵.

³ - Aqui entendemos movimentos sociais nas seguintes concepções: primeiro como iniciativas de lutas e organizações de grupos sociais populares, podendo não ser institucionalizado e até resistir as tentativas de institucionalização. Segundo, em sentido mais amplo, este conceito pode incluir também formas institucionalizadas como: sindicatos, associações, movimentos ecológicos etc. (PERANI, 1989, p. 15).

⁴ - Todos as entrevistas versaram sobre a temática: "pastoral católica, organizações de movimentos sociais e perspectiva no campo". As entrevistas foram transcritas com duas preocupações básicas: ser o mais fiel possível ao que o entrevistado respondeu e, transmitir com clareza para o leitor. Por isto, houve correções ortográficas, mas gramatical

OS CONFLITOS E RESISTÊNCIA NO COTIDIANO SOCIOESPACIAL DOS SUJEITOS SOCIAIS ENTREVISTADOS

Nesta parte objetivamos compreender aspectos das lutas e resistências dos seringueiros em relatos orais. Estes relatos foram motivados por entrevistas a agentes sociais que participaram direta na reprodução do espaço agrário acreano pós 1970. São, portanto, partícipes dos processos de conflitos e da organização dos movimentos sociais de resistências. Então partindo de suas oralidades suscitaremos pontos para compreender estes movimentos⁶.

Entrevista a Irmã Patrícia⁷

Fale de sua experiência na evangelização no início da década de 1970

Nós começamos a trabalhar já no final de 1972. No ano de 1973 sentamos juntos com os padres Mário Scupa e Heitor Turini, para organizar o trabalho. O nosso primeiro trabalho foi visitar todas as famílias. Visitando as famílias do interior, a gente levava um papel escrito onde ensinava os direitos que os colonos tinham, não me lembro bem agora a lei, mas ela falava que quando um colono mora num terreno há mais de um ano e um dia tinha direito absoluto daquele terreno. Então a população do interior a maioria não sabia ler e nós passávamos de casa em casa lendo, explicando e perguntando o que tinham entendido, para ver se, na verdade, tinham entendido! Assim, nós fomos incentivando a ficar na colônia por que eles tinham direito àquela terra. Foi esta a nossa primeira evangelização: pregava-se Jesus Cristo libertador, libertando o povo também desta injustiça de mandá-los para a cidade, fazer o que ninguém sabe!

Nestes primeiros momentos de evangelização teve-se a fundação dos primeiros STRs. na região. Qual foi a relação da pastoral Católica com os STRs.?

Nós não trabalhávamos diretamente com o sindicato, mas trabalhávamos diretamente com os colonos. Trabalhando com os colonos se trabalhava nas CEBs e aí se falava da importância de participar do sindicato. Mas diretamente no sindicato não, tanto que quando morreu o Wilson Pinheiro, eu quase não o conhecia, conhecia porque o via como tantos outros. Pegamos a culpa de que nós incentivávamos, mas diretamente no sindicato não. Nós fomos ao povo do interior para fazer com que o sindicato tivesse o maior número de sócios, mas diretamente com o sindicato, se posso dizer a verdade, entrei uma ou duas vezes, em dez anos dentro do sindicato de Brasília. Então a gente pegava a culpa de que nós fizemos com que acontecesse a norte do Nilão, quando na realidade nós não tínhamos contato com o sindicato. Nós tínhamos contato com o povo do interior e não com o trabalho do sindicato.

somente foram feitas, quando não comprometiam a idéia e o estilo do entrevistado em expor seu ponto de vista, em seu universo sociocultural.

⁵ - MEHY (1994, p. 52-61), nos abre condições para caracterizar esta visão, na concepção metodológica de trabalhar a oralidade como "história oral híbrida". Nesta concepção, com já fundamentamos, combinamos na pesquisa relatos orais, com documentos científicos e com nossas reflexões.

⁶ - Aqui é preciso explicar que MEHY (2000) salienta, há três modalidades de história oral: história oral de vida, tradição oral e história oral temática. No nosso caso, partindo da questão que estamos investigando, referimo-nos a história oral temática. Assim, pautamo-nos de técnica de entrevistas com questões específicas sobre temática definida, articulando com outros fontes na análise produzida.

⁷ - Missionária Serva de Maria de Galeazza, italiana. Chegou ao Acre em 1972 e foi trabalhar na Paróquia de Brasília. Foi uma das pioneiras na formação das CEBs e do trabalho de evangelização numa visão integral libertadora. Entrevista concedida a Silvío S. da Silva, na Paróquia de Brasília, em 12/06/1998.

Com a chegada dos migrantes centro-sulistas, como a Igreja procedeu na pastoral em meio à diversidade de trabalhadores locais e forâneos, empobrecidos, mas com formas diferentes de organizar, trabalhar, de viver etc.?

Quando chegaram os primeiros, me lembro em particular no Km 52, o Seringal Montevideo, foi uma luta feia, porque na realidade, quem vinha de fora jogava fora os da terra – o povo daqui. Não foi nada bonito e fácil porque se ficássemos do lado de quem vinha de fora e tinha o direito a proteção da Igreja, nós éramos do lado de quem jogava fora aquele pobre coitado daqui, depois de tantos anos de vida numa colônia. E aconteceu que veio de verdade a divisão, se nós íamos num grupo onde tinha um monitor sulista, dificilmente tinha um acreano participando e quando tinha um monitor acreano dificilmente tinha um sulista. Agora quando tinha os encontrões em Brasília as coisas eram mais acessíveis, não se via a divisão, lá a divisão era devido a terra, aqui não, era mais ideológica e, então, se tornava mais fácil.

Mas que tem sido difícil para os acreanos e para os sulistas tem. Eu, sinceramente era um pouco contra de quem vinha de fora, porque aquele pobre coitado saía das unhas dos grandes e entram em outras unhas, ah! Era demais p'ra ele! Eu ficava mais do lado dos acreanos. E dizia com os outros que vinham de fora, não mandava recado, dizia mesmo: queira ou não vocês vieram aqui compraram quinhentos ou mil hectares de terra, jogando fora todo mundo e eu não acho justo! Eles respondiam – Mas nós também fomos enganados, disseram que as terras eram livres. E eu disse: tá bom, vocês também foram enganados, isso posso entender, porém desses coitados quantas famílias foram jogadas foras? E assim, a gente procurava entender quem vinha inocente e quem devia sair da terra ainda mais inocente. E hoje em dia, todos aqueles que compraram terra naquele tempo, findaram por vender a terra. A terra foi abandonada ou ficou lá para gente que não precisa.

Hoje, passado mais de vinte anos, como a senhora relembra das transformações no campo acreano?

Olha, quando escuto alguém falar de reforma da terra, revivo a experiência de Brasília que foi uma experiência muito dura da parte nossa, nos ameaçaram mesmo e a gente continuou. Hoje escuto falar da terra revivo aquele sofrimento junto à alegria de ir a mata. A reforma da terra ao meu ver, deveria ser feita de um jeito que vai ser distribuída a terra a quem não tem terra, mas ao mesmo tempo em que não possam vender a terra, porque se isso ocorre entrega a terra depois de pouco tempo de volta para o latifundiário, então isso não dá! Deve-se estudar um jeito de que aquela terra fique para o dono para ganhar e para viver. O dia que ele não queira mais, o governo tinha que ter condição de tomá-la e entregar uma casa na cidade, já que se havia de morar na cidade, mas entregar a terra a outro que nela queira trabalhar. O negócio da terra precisa ser bem estudado para que ela não volte ao pequeno e, ele logo tenha que vender para o latifundiário, pois isto têm sido um erro que se torna um círculo vicioso.

Após a senhora ter passado alguns tempos fora daqui, neste seu retorno, como tem sido o novo trabalho? Ainda existe conflito pela terra aqui?

Hoje, a evangelização da segunda vinda para Brasília, não foi mais ligada ao interior. Porque passaram anos, veio o cansaço e aumentou a população da cidade. Quem vai mais ao interior é o padre. Hoje em dia vai de carro, nós íamos a pé. Nós fizemos as visitas todas caminhando, em todas as famílias. A situação para nós também mudou, porque as CEBs, diminuíram devido que o povo findou, a maioria deixou as colônias. Então a nossa evangelização é mais restrita em Brasília e um pouco nos bairros, ligada mais a sacramentalização. É verdade que a gente sempre se fala de direito, de conjuntura, porém não é mais como naquele tempo, é outro tipo de evangelização. Direito das empregadas de ter a carteira assinada, são essas coisas mais da cidade.

Entrevista ao Sr. Jurandir Barbosa de Freitas⁸.**O que significou para você, enquanto trabalhador acreano, as mudanças introduzidas pelos fazendeiros e colonos sulistas a partir dos anos 70?**

Eu acompanhei este lado, cortava seringa na época dos anos setenta, inclusive, na época que chegou o desmate. É o seguinte na época que chegou as fazendas e o desmate, a nossa colocação era especial, seringa boa; primeiro, logo de cara as fazendas pegou é as estradas do lado de cá. A topografia que dividia as duas fazendas a Santa Fé e, acho que era Alto Acre, do finado Nilo, passou em cima do igarapé de lavar roupas lá de casa. Veja só a topografia dividiu as terras, ninguém conhecia nada. O topógrafo, eu lembro, como se fosse hoje, chamava Jarbas, um brancão, grandão, foi quem demarcou aquela área. Aí começou o desmate e eu tava cortando seringa, quando um dia, eu passei e a minha estrada estava tapada, a mata toda brocada e seca. Mas assim como ninguém entendia nada, não buscava conhecimento com eles, nem eles com a gente. A gente via só os trabalhadores.

Passado uns dias o que aconteceu, os "caras" me chamaram para trabalhar umas diárias. Trabalhei com o Seu Zé Quirino, Seu Luizinho Quirino e o Eduardo Quirino, moravam acho que era em Araçatuba; assim em 70-73, foi o desmate do Quirino. Aí começou a ter problema, pois teve morador lá dono da colocação que gostavam das estradas.

Eu era novo não sabia, meu pai não teve a idéia. Aí foi o seguinte ninguém falou nada e passou por aquilo, mas teve um morador que disse: - não, nas minhas estradas não passa nada! E ficou. O que nós podia fazer? Aí foi que houve uma mobilização, nós reunimos os seringueiros e começamos a se mobilizar. Lembro como se fosse hoje, que um dia lá perto de Assis Brasil, um morador, plantador de café, alagoano, disse: nós temos que fazer um movimento, temos que fazer um sindicato. O sindicato significa os trabalhadores unidos, então vamos fazer uma união e ver como a gente faz, vamos sentar com o fazendeiro, ele corta a terra, divide pra nós e cada um fica no seu pedaço de terra e deixa ele fazer o trabalho dele.

Foi feito isso. Daí nós descemos até Brasiléia de a pé, viemos pra cá, formamos o sindicato, conversamos com eles. Nosso problema não era de conflito. Eu não entendia o que era cortar 50 hectares de terras, mas foi outra e outra reunião e não teve acordo. Quando passou uns tempos, houve novos desmate, aí teve o problema do "empate". Desses empates, até que eles levou o Wilson a ser assassinado. Eu estava em Brasiléia, escutei os tiros, mas nem pensei nada. Estava com o irmão no hospital. Ele foi um homem batalhador, defensor dos trabalhadores, um cara de muita humilde. Nas aconteceu. Depois houve a colonização, eles foram indenizados, aí houve assentamento, trouxe muita gente lá do Sul.

Aí falando deste do Sul e os acreanos, houve aqueles problemas do desentendimento humanos que, às vezes o cara de fora não entendia e fazia pouco do acreano. O acreano falava de seringa e, eles falavam na lavoura. Aí começa: - o acreano estava criando o quê? Perguntava o sulista. Sei que deu problema, deu conflito, ainda houve morte, um menino lá de Mundo Novo assassinou um rapaz acreano, brutalmente, no ferro frio. Assim mesmo, hoje se vou procurar acho que na minha área foram assentadas 25 famílias do Sul; apenas quatro ainda estão lá. A terra daí tem proprietário lá que tem 11 lotes.

Então o problema da colonização não resolveu nada, é certo que o INCRA não deu assistência, não deu posto de saúde, escola. Aí o pessoal descorçoou e foi embora, só tem umas quatro famílias de moradores antigos lá.

⁸ - Trabalhador em atividades agrícolas e extrativistas. Acreano de aproximadamente 45 anos de idade é delegado sindical, no PAE Santa Quitéria. Entrevistado por Silvío S. da Silva, Sede do Sindicato dos Trabalhadores Rurais (STR/Brasiléia), em 13/06/1998.

O que modificou no Santa Quitéria com a implantação do PAE?

A Reserva Extrativista melhorou porque agora nós conhecemos nosso lugar, estamos perto de nossa família, ficou todo no seu lugar. Em nível de uma parceria de trabalho, juntamos a movimentos de organização de associações, a situação melhorou por que lá era de ter que socar arroz no pilão, hoje, temos melhorias. Temos o sindicato que luta por nós direto, perdemos companheiros, mas estamos no nosso lugar perto de nossos companheiros, primos, irmãos, todos tão pertos. Se não fosse isto, onde nós devíamos estar agora?

Como eu tive fora da minha área que nasci e me criei, passei cinco anos fora. Arrumei família, morei em Rio Branco, mas devido a vida lá na capital, não me dei bem, primeiro porque não tenho profissão, não sou um profissional, mas como trabalhador luto de toda maneira, sobrevivi, mas voltei. Tem a terra de meus pais, consegui morar e como meus pais estão velhos, eu fiquei na responsabilidade de assumir a terra. Nós moramos numa família. Nossa família da parte do meu pai, mora numa área, mora tia, primos, cunhados, todos da família, vai até perto de Assis Brasil. Por outro lado, hoje sou casado, tem a família de minha mulher, tem meu sogro e minha sogra que são todos assentados no seu lugar, enfim a reserva melhorou.

Na reserva eu conversei com muita gente e eles sempre diz que se botar a colonização aqui será pior para eles. Muito deles não se dá com o trabalho no sol, mexe com a seringa dele, quebra a castanha dele e se eles cortar a terra e colocar gente vai imprensar os coitados. Eles não sabem viver de outra maneira. Então tem aquelas famílias que estão no setor deles, estão calmos, comportados, tranquilos, eles estão no lugar deles, mas quando falam de cortar a terra, eles ficam preocupados. Tá bom a reserva, dizem eles!

Agora, a borracha como alternativa morreu; é lamentável a situação dos seringueiros que vivem somente da borracha, por onde eu passei. Na casa dos coitados faz dó, trabalham na diária para um e para outro. Ele não se dá a desmatar para fazer o roçado dele e se faz, é bem pequenininho, pois como vender a produção? Agora a seringa caiu de preço e castanha dá um dinheiro, mas o atravessador é que abraça o resto. Acho que faliu, tem pessoas que estão sem roupas, não pode nem aparecer. Às vezes nós chega na casa de um conhecido, ele vem conversar, mas a senhora dele nem sai, ninguém vê, porque o sufrágio é triste. Então pergunto, porque isto é assim e eles me respondem: - é que meu negócio é a seringa e a seringa acabou e eu tou falido.

Como a gente tem a nossa associação e trabalho no sindicato, temos a peladeira de arroz e nós trabalhamos a produção de legumes para a sobrevivência, então tá melhor.

Entrevista ao Sr. Antônio Carneiro⁹

O que significou para vocês as mudanças introduzidas nos três últimas décadas com a chegada dos fazendeiros e de trabalhadores migrantes do Centro-Sul em busca de terra?

Acho que veio muito gente do Sul mal de vida, veio por conta do governo federal, como também vieram alguns bem de vida. Eles vieram comprar terra e muitos achavam até que iam ficar milionários na região, tendo ajuda do governo com financiamento etc. Aí se colocaram lá na área e muito a gente teve que fugir. No fim quer dizer, não ganhou nada e, aliás, teve gente que veio de lá e perdeu tudo o que tinha e foi obrigado a voltar quase sem nada. Eles esperavam desenvolver uma série de coisas como a soja, milho, arroz etc, tudo mecanizado, mas foi ao contrário só saiu o boi e, que hoje, com poucas cabeças não dá para viver. Só alguns ganharam algumas coisas, que são aqueles que tem farmácia, armazém e, tem a terra lá. Aí tira

⁹ - Trabalhador seringueiro, natural do estado do Amazonas, mas radicalizado no município de Brasiléia desde 1953. Aproximadamente, 55 a 60 anos. Sindicalista ligado ao STR/Brasília viveu toda fase de conflitos, de organização dos movimentos sociais de resistências. Tudo isto lhe dá a condição de um profundo conhecedor da realidade tratada. Entrevista concedida a Sívio S. da Silva, na Sede do STR/Brasília, em 13/06/98.

alguns recursos e implantam lá e, não tem precisão de ficar plantando como aquelas pessoas que vivem da terra.

Quando chegaram os patrões, compravam quarenta seringais e voltavam para lá e vendiam tudo. O governador do Acre foi a São Paulo e disse que o Acre estava desabitado, ele mentiu porque tinha gente em qualquer canto da mata, mas com isso ele abriu o mercado das terras, foi o Dantinha. Eles chegaram com muita força, com a imprensa, com pistoleiros do sul, botavam os seringueiros para correr. Aí quando chegou a migração o povo daqui não sabia diferenciar e achava que tudo era igual. Não sabia que este sulista era um trabalhador igual ao acreano, o nordestino, o amazonense. Não sabia dizer: é meu amigo e vai ser trabalhador o resto da vida, na mesma vida que eu vivo, apesar de que estes não cortavam seringa.

Fale um pouco do STR/Brasília.

Hoje ainda temos muito peso aqui, mas mudou a forma de nós agir. Agora se encontrou com alguns órgãos para fazer parceria, para não ficar jogando pedra de um para o outro, enquanto os trabalhadores ficam sofrendo lá na área. Hoje, a gente tenta se sentar e solucionar os problemas, por isto temos que ir a várias reuniões para garantir a conquista do espaço, aí a gente vai a reunião com o INCRA, IBAMA, com a Prefeitura, com trabalhadores na área vendo a suas situações. Foi no "Grito da Terra" que este sindicato colocou oitocentos homens em Rio Branco e com isso conseguimos um patrulha mecanizada pra entrar no PAD Quixadá e no PAE Santa Quitéria. Por isso, hoje, vou sentar com representantes das prefeituras em Rio Branco, fazer um calendário de trabalho e vamos fazer um acompanhamento do maquinário para outras áreas, por que elas não foram financiadas para fazer estes trabalhos. Elas foram adquiridas para trabalhar dentro dos projetos, só pode ir para fora depois de fazer todo o assentamento.

O sindicato quando entra na área é para atender o trabalhador. Foi dos conflitos que tivemos que ocorreu a desapropriação e implantou os Projeto de Assentamentos Dirigidos – os PADs que inclusive, veio colonos que foram expulsos na Itaipu, no Paraná. Tudo que o governo fala de nós, os trabalhadores, sempre é que somos os agressores. Como nós sentimos, se botarmos duzentos homens na rua reivindicando a estrada quando não temos como retirar a produção, vão dizer que só fazemos as coisas por agressão. Mas nós só estamos dando um alerta, o que nós queremos e respeito pela nossa pessoa que também, paga imposto.

O sindicato, hoje, funciona de várias áreas ainda. Modificou porque naquela época tinha as áreas que foram desapropriadas, porque os patrões tinham comprado os seringais e teve conflitos. Daí foi criada também as reservas extrativistas, que muitos dizem que não dão certo, mas a gente sente que não é verdade, porque aquela mata não está desabitada.

Então você diria que as reserva extrativista constituem uma alternativa de reforma agrária ideal para os trabalhadores seringueiros?

Acho que é um ponto muito bom. O que nós sente é que a reserva que até no momento se não tá dando certo, foi devido o preço da borracha que não houve garantia. A tradição do seringueiro é cortar seringa, se ele passa a ser colono não sabe trabalhar assim com a agricultura, sabe plantar para a subsistência, mas para o capital, ele acha que é a borracha. Aí eles, hoje estão caçando modelo na reserva p'ra mode ter uma sobrevivência dentro dela, como o plantio, talvez, de pupunha, açaí, café etc. Assim, nós estamos acompanhando estes estudos.

Não há interesse do governo federal, sua política tem sido contrária de que o trabalhador fique na terra. Por isso, a juventude tem saído para a cidade e, se a gente fosse fazer um "empate", a maior parte das pessoas não teria idade. Se fosse cortar lotes para cada filho, a reserva só estava os pedacinhos. Aí a gente vê, a gente vive brigando sempre, mas não adiantamos negar [...]. nós vivíamos numa vida tranqüila, não existia fome, ninguém andava nu, usava-se as melhores coisas que vinha de São Paulo até a farinha vinha do Pará. Hoje o que desenvolveu?

O desenvolvimento que até hoje houve na região foi botar a mata abaixo e a maior renda para o governo foi deixar derrubar a floresta. O seringueiro não ganhou nada ficou muito frágil

no acompanhamento de forma que eu sou diretor do sindicato, vejo o extrativismo da Amazônia e defendo não negando o direito de cada um vender e tirar sua sobrevivência da floresta, mas não explorando absurdamente. O clima da região tá mudando, tá mais calor e já é consequência do desmate da floresta. Até a água já estamos comprando de outra região; a madeira nossa sai em toras levadas a preço de nada. Agente vê que o seringueiro e o homem que vive na região e, ela mesma, tão ficando frágil.

Como você avalia todo este processo de reestruturação do campo acreano ocorrido nos últimos vinte anos?

Nos assentamentos do INCRA, hoje acho que se tiver é uns 40 %, o resto já está tudo nas mãos de poucos. Tá virando fazenda de novo. Eu até gostaria de dizer que é proibido fazer este tipo de coisa em terra do INCRA, mas o INCRA não faz nada.

O Projeto Santa Quitéria é um projeto de assentamento extrativista, aí ficamos numa área de três estradas de seringa, o que daria uma faixa de trezentos hectares de terra. Isto significa para nós que o que vemos nos Projetos de Assentamentos Dirigidos é que nosso agricultor se amontoou e fica derrubando todo ano para plantar arroz, feijão e milho. Hoje a gente está sentindo um problema que com isto as famílias têm desmatado tudo o que pode e agora, têm que deixar uma reserva. Isto não é o sindicato que está fazendo, mas vem lá de Brasília a Lei. Daí o grande pode ir se aglutinando, não há uma política de mecanização, de modernização ou de reflorestamento.

Em termo de produção tem sido mínima, porque tem chegado produto de Rondônia a preço mínimo, aí o pessoal não tem donde vender, então ficam derrubando mata. Em local que tem um castanhal, por exemplo, aí se vê caminhões chegando e saindo carregado, isto quer dizer que sai muito mais caminhões de castanha de que de arroz e feijão e outras coisas. Precisamos revalorizar os produtos regionais, até o óleo de copaíba. Mas é preciso ter mais produção para garantir mercado. Mingüem vai vir aqui para comprar 10 litros de copaíba.

Já nos PADS, os desmates tá grande atinge 50 a 60% dos lotes e hoje todos estão batendo que não se deve mais derrubar. Eu acho um absurdo! Devia se ter um projeto em que o governo desse uns vinte hectares de terra para cada sujeito e não entregar quarenta hectares de terras para que o trabalhador use apenas vinte e pague imposto das quarenta. Devia dar condições do produtor usar toda a terra e que o governo tirasse a área de reserva ficando essa sob sua responsabilidade e não o cidadão pagando impostos.

Nas RESEX a gente tem firma e documentação registrada na justiça. Temos que fazer um estatuto como a lei de uso, quem agir mal vai se ver na justiça. Assim, acho que a região para se desenvolver queira ou não vai ter que ter uma cultura permanente. A sobrevivência até do solo de nossa região depende disto porque tem muita erosão e perda do solo. Aí, acho que a saída vai começar pelas reservas, onde toda a floresta está em pé, mas tem que ter uma política voltada para ela. As áreas que foram desmatadas têm que se fazer estudos e plantar. Daí tem que sair produtos como a pupunha, açaí, pimenta longa, patuá.

Entrevista ao Sr. Francisco Alves Pereira (“Chicão”)¹⁰

Você também começou na Igreja seu trabalho por uma sociedade mais justa e fraterna. Como você vê a relação da Igreja com o STR, hoje?

É o seguinte, sobre a Igreja com o sindicato tinha um contato positivo e trabalhava muito perto, juntos ombro-a-ombro e tanto o sindicato dava força a Igreja como ela para o sindicato. Muitos dos delegados sindicais assumiam dois compromissos: além de delegado

¹⁰ - Trabalhador seringueiro acreano, Presidente do STR/Brasília na época da entrevista. Aproximadamente 55 anos de idade. Militante nos movimentos sociais de resistência desde a década de 1970. Líder comunitário, monitor de CEBs, tendo participação importante na pastoral católica local. Isto faz dele, também um profundo conhecedor da realidade agrária vivida na região, nas últimas três décadas do século XX. Entrevistado por Sílvia S. da Silva, na sede do STR/Brasília em 12/08/1998.

sindical era também monitor da Igreja; aí, às vezes, ele fazia os trabalhos em conjunto. O que acontecia no sindicato, a Igreja tinha conhecimento. Eu acho que de 1975 até 1991-1992 nós éramos muito perto, era parceiros de trabalhos, agora a partir de 1994, em nosso município, houve um distanciamento muito forte, eu não sei o motivo, até porque ainda existem muitos delegados sindicais que são monitores. Só que hoje, nos encontros da Igreja, já não se dá oportunidade para falar como Sindicato, como se dava antes. Então vejo que pessoas que não tiveram a luta que teve o sindicato, hoje têm mais oportunidade e, muitas vezes, nem no nome do Sindicato é tocado lá.

Então, para você que é monitor e sindicalista, o que as CEBs almeja hoje?

Veja bem, nós tínhamos aqui nos municípios de Brasília e Eptaciolândia bastantes comunidades de bases, mas elas também sofrem algumas mudanças, tem algumas que até já se acabou. De 1975 até 1990-1992 não existia as associações, hoje além das delegacias sindicais, existem associações que também ajudam unir os companheiros, mas parece que para alguns, elas ajudam a separar, porque não gostam das associações e daí se afastam da comunidade do grupo de evangelização, do sindicato, de forma que hoje é difícil encontrar uma pessoa que possa dizer eu faço parte da comunidade, do sindicato e da associação. Talvez seja porque o compromisso cresce, não sei, só sei que tem alguma coisa que não tá chegando ao conhecimento dele para entender que aquilo é para ajudar unir cada dia a mais.

O sindicalismo nos municípios de Brasília e Xapuri, teve no início de sua organização, intensas ações de defesa ao direito de seus associados, apoiando-os nos movimentos de resistências. E, hoje, o que é o STR nesta região?

Eu vejo que o sindicato, hoje, passou por umas certas mudanças. Como tudo muda, nós temos que mudar nossos trabalhos também. Nós continuamos aquela luta pela terra, inclusive temos áreas como o Seringal Porto Carlo, Reserva Santa Fé, Seringal São Cristóvão [...], que são áreas que ainda estamos lutando junto ao INCRA e IBAMA para que seja regularizadas e que nosso povo seja reconhecido encima dela. Então a luta pela terra não terminou. Temos hoje mais de duzentos nomes de trabalhadores sem terras, que nunca possuíram a terra, que chegam aqui e dá o nome para que quando estas áreas forem regularizadas também tenham direitos a um pedacinho de terra. E ainda, cresceu a população, filhos se casaram e que tem filhos precisa de terra para o trabalho.

Então, com isto, a reivindicação não parou, só que já temos algumas vitórias como Projeto de Assentamento Quixadá, Reserva Extrativista Chico Mendes, Projeto de Assentamento Extrativista Santa Quitéria e outras áreas. Hoje, nós lutamos para criar reservas. Lutamos também na ação do sindicato em reivindicar linhas de créditos para nossos associados, para melhorar nossos ramais. Temos uma frota de máquinas aqui no município que foi uma vitória do "Grito da Terra" que nós tem feito desde 1992, numa luta de todos juntos. Os "Gritos da Terra" foi uma força muito grande que o sindicato deu reivindicado o direito dos trabalhadores e do município e, eu acho que nosso prefeito deve se achar parabenizado, por que antes contratava uma firma e logo eles iam embora, hoje não, o maquinário fica no município a disposição para fazer qualquer trabalho. Também temos lutado para que nossos associados recebam alguns benefícios como açudes e, já temos trinta e cinco açudes feitos em Brasília e Eptaciolândia; a maioria deles com alevinos de peixes de classes como tambaqui e curimatã. Só não está produzindo aqueles açudes que a associação não ligou, mas os que se interessaram, o sindicato ajudou e hoje ainda não tão produzindo no mercado, mas o açude já tem o bastante e logo vai dar para começar. Também reivindicamos estruturas como máquina para pelar arroz, a associação de Santa Quitéria já tem até um caminhão. Tudo foi fruto das reivindicações do sindicato junto com a AMOREB (Associação de moradores da Reserva Extrativista no Município de Brasília) e com a CAPEB (Central de Associações de Pequenos Produtores de Brasília e Eptaciolândia); eles têm que admitir que tudo é fruto da união do sindicato com a organização dos trabalhadores.

Então, em nível de patrimônio, temos hoje uma sede nova, temos computadores, máquina de fotocópias para os associados, um barracão muito grande que é a casa da cultura, para nosso associados se reunir e se hospedar aqui na rua. Temos um pequeno carro e a intenção de conseguir mais e deixar nossos associados com um caminhão. Nós trabalhamos com poucos recursos, antes o número de associados era menor, mas o número de pessoas em dias era maior, porque as pessoas tinham medo de perder seu lugar, sua terra. Hoje, muitos acham que o problema era só receber a terra e não entende que a luta continua. Mas temos esperança que todos os associados cheguem a este conhecimento e que saiba que nós unidos, a nossa força é maior.

Para você, considerando a situação atual da zona rural, o que se pode fazer para melhorar a vida dos trabalhadores nos assentamentos e nas reservas extrativistas?

É o seguinte a gente vê muitas saídas e problemas. A linha de crédito que, as vezes foi oferecida até hoje, só tem dado problema e luta para o produtor rural junto com o sindicato. Deveria ter uma linha de crédito melhor em que o homem pudesse produzir e com a produção pagar o débito, mas para isso é preciso escoar o produto e, que o produto tivesse preço mínimo garantido e que tivesse como armazenar a produção na cidade. Se tivesse como ele explorar o que produz e tivesse mercado, mas às vezes ele produz até o arroz e o feijão e não tem preço e mercado.

Sobre o seringueiro, a borracha não tem preço, mas ele não tem só a borracha para explorar, tem a castanha, o açaí, a copaíba. Pode criar abelhas, pode pescar e até explorar a madeira, desde que não fosse uma exploração como foi feita até hoje, mas de uma maneira de um manejo florestal que ele explore sem destruir a floresta. A piscicultura é outra atividade que dá para eles desenvolver e produzir. Então, existe saída para eles, agora não existe da maneira que eles estão, porque o pouco que produz não tem mercado, não tem preço mínimo [...], quer dizer ele fica com as coisas presas dentro de um quarto sem ter uma saída.

Na Reserva, pelo que vejo, não existe solução para melhorar a situação do seringueiro se não existir ramal dentro dela. A área de terra que eles vivem é muito difícil de ter acesso de transporte. Então acho que este é o primeiro ponto em importância para o seringueiro; o segundo é ter preço para o produto que ele produz. Depois, se ele tiver como financiar, vai poder comprar animal para escoar a produção até o ramal que passar mais próximo, pelo menos. Isto já garantiria outra vida. Aí tinha que vir o manejo florestal, para o seringueiro na extração da madeira, porque esta é uma riqueza que ele tem e não tá crescendo, porque a mata cresce até um ponto e aí ela para. Ainda, outras coisas que não existem lá, são possíveis de produzir na reserva. Então eu acho que é uma maneira que deve ser colocada em prática, e uma coisa que acho importante não só na reserva, mas em todos os lugares, através de todos os órgãos que trabalha com atividade rural, é fazer incentivos sobre o uso e plantio de leguminosas/poerara que ajuda a recuperar aquelas áreas que hoje não serve mais pra nada – as capoeiras. Isto é uma saída para recuperar as terras do Acre.

Finalizando gostaria que fizesse uma avaliação do significado das transformações ocorridas nas últimas três décadas, no âmbito do espaço rural.

Veja bem, eu gostaria de começar agradecendo a coragem daqueles dois líderes que perderam sua própria vida para que o seringueiro, o colono tivesse sua vida própria, seu pedaço de terra para hoje sobreviver. Foram o Wilson Pinheiro, assassinado no dia 21 de julho de 1980 e, Chico Mendes no dia 22 de dezembro de 1988, e também tantos companheiros como Jesus Matias, Ivair Igino e outros mais que se foram na luta.

Através da luta daqueles companheiros, do sangue derramado naquela época é que hoje temos estes pedacinhos de terra. Então acho que a luta deles, para Brasília e Etipaciolândia, para o Acre, foi uma luta vitoriosa, porque trouxe só beneficiamento para os trabalhadores. Graças a essa luta, hoje temos muitos colonos assentados nos PADs, a Reserva Extrativista Chico Mendes, a Reserva Extrativista Porto Rico, o PAE Santa Quitéria, isto só em Brasília e Etipaciolândia sem falar de outros municípios do Acre.

De lá pra cá Brasília cresceu tanto em população como em organização. Muitos dizem que não, mas é sim. Antes só tinha o Sindicato e a Igreja que fazia alguma coisa para os trabalhadores; hoje, outras organizações que estão na luta como a CAPEB, a AMOREB e, até alguns órgãos governamentais, tem um trabalho muito perto da gente, seja pelo IBAMA, seja pelo INCRA, seja a própria Justiça e a Prefeitura. Então avançamos muito apesar das dificuldades que os homens do campo enfrenta. Nós avançamos muito, a gente cresceu!

Entrevista ao Bispo Dom Moacir Grechi¹¹

No início da década de 1970, com a chegada dos fazendeiros e a compra das terras, a Igreja foi um amparo para toda a luta e até para a tomada de consciência dos trabalhadores. Gostaria que o senhor colocasse um pouco como foi essa ação da Igreja, neste período de grandes conflitos sociais?

A gente distingue neste processo os que vieram do sul como “investidores”, entre aspas, porque a maioria não tinha dinheiro, só aproveitaram da situação de isenção de impostos e preço baixíssimo da terra, a conivência da polícia e do governo para ocupar e grilar a terra. Praticamente seriam os donos do Acre. Eu me lembro que o ex-padre João Rocha falou com um advogado e este disse a ele que não adiantava fazer nada, era impossível reagir contra esse povo. Então, é o período que começa a multiplicar as comunidades de bases. É após Medellín que há uma mudança na nossa Igreja.

Dom Giocondo, acho que em 1970, fez uma reunião de todas as “Forças Vivas do Acre”, inclusive as “forças vivas” não incluía quase ninguém do Acre, mas pelo menos alguns leigos participaram. Era uma tomada de consciência que eles responderam a este processo de renovação da Igreja que começou no Vaticano II, ou melhor, se consolidou como proposta e depois, foi como encarnado na realidade latino-americana com o Medellín. Então, é o começo das CEBs, onde a fé e a vida são vista de uma maneira muito unida.

Nós queríamos que o povo conhecesse o Evangelho, confrontasse com a própria vida e fizesse as mudanças necessárias e, que nas CEBs se valorizasse os leigos e que ele assumissem tarefas e a animação da comunidade. É o primeiro momento; então, a comunidade se expande e atingem seringais, colônias, projetos que estão começando e, esse aspecto de liderança de leigos, essa ligação entre Evangelho e vida leva a organização sindical. A comunidade é mais para quem tem fé e são católicos, depois o sindicato já é expressão do amor de alguém que participa da comunidade, mas se une também a membros de outras igrejas e a pessoas que não tem opção de fé, pelos direitos do trabalhador.

Então, praticamente, todas as lideranças por período mais ou menos longo, nasceram nas comunidades e eram líderes de comunidade. E o ambiente já estava preparado. Aí chega a CONTAG que teve uma função muito importante [...] e então, os sindicatos autênticos, bem organizados que luta pela terra foram nascendo por toda a parte. Era o período da ditadura, então também, além de a Igreja ter fornecido digamos um clima, uma convicção de que o cristão tem que se engajar na luta pacífica pela justiça, além de ter fornecido a maioria dos líderes, ela era o ambiente de segurança; as reuniões, os treinamentos, os cursos eram feitos em ambientes das igrejas. Tivemos repressão da polícia, da parte Exército, numa reunião em Xapuri, invadiram e tomaram os aparelhos que ainda não devolveram, tentaram gravar aqui em Rio Branco.

¹¹ - Ex-bispo da Diocese de Rio Branco (antiga Prelazia do Acre-Purus), atual Cardeal Arcebispo de Porto Velho – RO. Brasileiro natural de Santa Catarina assumiu a Igreja de Rio Branco – Acre, no início da década de 1970. Foi o grande responsável pela organização das CEBs e de uma pastoral engajada na relação fé e realidade. Graça a sua postura progressista, a Igreja Católica foi, nos momentos de maior conflitos, verdadeiro amparo para a organização social e para resistência dos trabalhadores.

Eu creio que sem a Igreja o sindicato não teria resistido nos momentos de violência, como por ocasião da morte do Wilson Pinheiro e, que logo houve a morte de Nilo. Aí a repressão abateu violenta, sem nenhuma resistência, foi só a Igreja que resistiu para que não houvesse um massacre e, houve assim mesmo torturas, prisões arbitrárias de pessoas que não tinham nada a ver com o possível assassinato de vingança. Então, eu creio que isso e com isto a Igreja estava extremamente unida, estava na raiz e era solidária dessa luta. Pouco a pouco os sindicatos tomam maior autonomia, embora sempre tenha havido um relacionamento de colaboração e de respeito. A mística da Igreja serviu também para a continuidade da luta.

Hoje o conflito pela terra ainda é uma realidade?

Hoje ele mudou muito, o problema não é mais a terra, agora é permanecer na terra e fazer que ela se torne realmente fonte de vida, que nela se tenha condições de produzir, de escoar, de concorrer. Então eu diria que o conflito pela terra foi superado, em parte porque a população é pequena, houve luta e conseguiram desapropriação, conseguiram as reservas extrativistas, os índios conseguiram em parte suas reservas. Agora a gente nota que são as faltas de condições para permanecer. Hoje temos a experiência de Extrema e Nova Califórnia que tem dado uma certa estabilidade ao povo, embora as absurdas decisões políticas dificultem. Eu vejo que as cooperativas e associações, lá para a área de Brasília e Assis Brasil, têm sido motivos de permanência na terra. Penso que agora a luta tem que ser na linha de condições de vida, de produção, de estudo, de saúde e de culturas adaptadas à região; senão não sei quais são as perspectivas que vamos ter com essas imensas extensões de criação de gado, onde acho que o número de cabeça de gado é diminuto.

Como o senhor vê o futuro para o trabalhador da terra e a necessidade da reforma agrária, hoje?

O futuro do Acre vai depender do futuro do Brasil também. Agora as decisões estão mais na linha de uma política global para o Acre. O Jorge Viana no período que teve na Prefeitura fez uma mini-reforma agrária nas imediações de Rio Branco e parece que ali surgiram idéias. Certamente os projetos de colonização não foram reformas agrárias, foram soluções encontradas por quem mandava naquele tempo, para resolver também problemas do Nordeste, tinha muita gente para mandar p'ra cá, isto sem levar em conta a falta de estudos sobre a terra, sobre as possibilidades de realmente produzir lavoura branca normal, sem preparar o povo. Sem maiores condições, esta foi uma saída não toda feliz para um problema do país.

A reforma agrária tem que responder às necessidades e as tradições do lugar. A reforma agrária aqui na Amazônia tem que levar em conta, por exemplo, as águas, os igarapés, a floresta, o povo que habita, o clima, a produção local (...). Eu creio que as reservas extrativistas se elas forem aprofundadas é um tipo de reforma agrária, a terra é dada a todos aqueles que querem trabalhar com este sistema de extrativismo, até mais aperfeiçoado. Por isto, em cada região, principalmente na Amazônia, quando fizer uma reforma agrária, não pode fazer nos moldes nem de outro país, nem de alguma tentativa do Sul.

Em geral, as reuniões da Igreja, da CPT, sempre leva em conta que quem tem que dizer como é que será a reforma agrária deve que ser o colono. A prioridade é daqueles que estão na terra e trabalha na terra, levando em conta as diversas situações do país.

A esperança é um elemento que está presente na fala do povo. O senhor acredita que é possível pensar na terra para trabalho no Acre, como uma terra prometida?

Só se houver uma mudança muito grande em todo o país. Porque eu acredito que aqui um colono, um seringueiro, ele possa ver a terra, a mata, como algo utópico, um sonho. Mas a coisa tem que ser totalmente reestruturada, aprofundada e de alguma maneira até mudada. Eu fico pensando lá na terra onde nasci, é totalmente diferente a situação do colono quarenta anos antes e hoje; hoje ele tem assistência médica garantida, ele tem um carro na porta da casa, tem telefone, participa de associações, tem possibilidade de ir a Igreja, todos os filhos estudam em todos os níveis. Eu creio que às vezes, tem um pouquinho de romanticismo, se levarmos em

conta a natureza da Amazônia, se dermos condições de estudo, transporte, saúde, toda uma tecnologia que faça aproveitar das riquezas daqui, eu acredito que tanto sulistas como homens daqui, poderão ter um futuro melhor, uma terra prometida sem nada de messiânico, mas as coisas têm que mudar.

A cidade não pode continuar sendo este aglomerado de pessoas que fogem da terra porque ela não dá condições. Agora quando tivermos cidades humanizadas; cidades que ofereça condições de vida para o colono que queira mandar seus filhos para estudar; cidades que seja mercados para aquilo que eles produzem; cidade aberta para a hora da saúde, eu vejo esperança. Mas a mudança tem que ser profunda! E, eu creio que alguma pista surgiu no governo do Jorge Viana. Estou convencido disso: de que naqueles pequenos pólos, a possibilidade de estudar, a estrada, o contato com a cidade, pode vir aí se ampliando e tomar dimensão de estado.

A esperança é uma dimensão da utopia que cada um de nós cultuamos. Como o senhor tem visto esta questão em meio à população empobrecida?

Eu creio que esta semente de esperança, de sonho tem que ser valorizada. O que é que eles querem? Vejam eles querem fatura, comida. Então eles me diziam agora em Assis Brasil, que a pessoa sai do seringal e agora está na cidade e até uma banana tem que ser comprada e, não tem dinheiro. Diziam: – aqui não posso criar uma galinha, não posso dormir em paz pelo barulho que faz uma festa atrás da outra. Na mata, a beira do rio, a céu estrelado eu dormia em paz, só os passarinhos que cantavam! Acho que tudo isso aqui são valores que não podemos perder. Agora não basta ficar como está ou voltar como era antes, no tempo do patrão. Temos que ver como hoje no mundo moderno, os filhos que você tem que gostam de rádios, que gostam de televisão, que querem estudar, que não querem continuar isolados e, então a fazer com que tudo isso de bom seja realmente vivido e aceitar as mudanças necessárias.

Então, eu creio que aí temos que partir para o sonho político, uma cidade humanizada, cidade que comporta colônias, seringais modernizados. Não adianta pensar no seringal antigo! Tem que garantir luz, garantir saúde, garantir transporte, convivência, um seringueiro não pode ficar um do outro a horas, porque sozinho não há desenvolvimento.

Creio que temos que valorizar isso. E isso têm a raiz da fé, que Deus é pai e não quer miséria, quer vida para todos. Agora como viabilizar isto para quem mora na cidade? Como viabilizar isso para o índio? Como viabilizar isso para o colono que quer que os filhos estudem e talvez voltem para a terra com mais capacidade? Eu vejo que a coisa tem que ser valorizada, trabalhada, estudada para darmos pistas concretas de realização no caminho político.

CARACTERIZAÇÃO DE TEMÁTICAS A PARTIR DA EXPRESSÃO DA ORAL DOS AGENTES SOCIAIS.

Tendo então visto as falas agora passamos a uma análise dos seus conteúdos.

Metodologicamente, os eixos temáticos se definem a partir das palavras, ou melhor, signos da temática deste trabalho que mais se repetem falas expostas. Depois de identificadas, fizemos o agrupamento por ordem de significância e identificamos quais as temáticas que estão expostas. Então, definindo as temáticas principais, podemos caracterizar as linhas fundamentais para a apreensão das transformações do espaço agrário acreano pós 1970 aí demonstradas. Isto nos remete aos processos tratados pelos entrevistados, permitindo-nos compreender o sentido coletivo de que referem estes sujeitos sociais. Suas respostas não refletem visões individuais, mas coletivas. Aí reside a riqueza da “história oral híbrida”, pois estes relatos mostram uma realidade vivida contada por quem viveu! Já o sentido de nossa ação aqui apenas visa uma contextualização, sem esgotar as possibilidades de apreensão de seu conteúdo em si. Portanto, a riqueza da leitura das entrevistas, permanecerá sendo instigante para os leitores. Daí, esperamos que estes sintam-se desafiados a fazer sua própria

interpretação e até mesmo, embrenhar-se na problemática destes "sujeitos sociais" e também pesquisá-los.

Por outro lado, a leitura da realidade tratada a partir dos sub-eixos temáticos e palavras chaves é uma visão sumária dos depoimentos, não totalizante do conteúdo exposto nas entrevistas. Todavia, estes apontamentos visam apenas fornecer caminhos gerais a um aprofundamento e para a crítica de questões que serão retomadas adiante.

o **Sub-eixo Temático:** O modo de vida seringueiro e raízes da resistência.

▪ **Palavras Chaves:** Tradição – vida moderna. Extrativismo. Luta. Floresta – Produção – Terra. Terra de trabalho.

o **Sub-eixo Temático:** Organizações sociais, movimentos de resistência e luta pelo território.

▪ **Palavras Chaves:** CEBs. CONTAG. Evangelização – realidade. Sindicatos. União de trabalhadores. Militância.

o **Sub-eixo Temático:** Transformação na produção do espaço regional e conflitos.

▪ **Palavras Chaves:** Expropriação. Violência. Venda de terra. Conscientização. Direito. Mercado. PADs. PAEs. RESEX.

o **Sub-eixo Temático:** Perspectiva camponesa: a luta, a organização coletiva e vitórias.

▪ **Palavras chaves:** Desenvolvimento. Associações. Cooperativas. Esperança. Reforma agrária.

Estes sub-eixos temáticos expressam em sentido amplo, o contexto socioespacial em que se deram os processos de transformações no campo acreano pós 1970. Todavia, em muitos aspectos, ainda fazem parte da realidade¹² neste início do século XXI.

A partir destes apontamentos, podemos passar a um aprofundamento da questão, tendo três pontos básicos como parâmetros para nossa reflexão: os relatos expostos, a literatura científica e a nossa interpretação. Não há supressão de um parâmetro sobre o outro, mas inter-relação. Com isto estamos construindo um caminho interpretativo que na dimensão processual geográfica da questão, combinam-se as diferentes fontes da pesquisa na produção do conhecimento científico.

O MODO DE VIDA SERINGUEIRO E AS RAÍZES DA RESISTÊNCIA

A partir deste sub-eixo temático, torna-se necessário um regaste da formação social dos seringueiros na floresta, para entendermos as especificidades do modo de vida que aí se formou. As considerações dos entrevistados quando se atentam para as formas diferentes de se organizar dos seringueiros (Irmã Patrícia e Jurandir), sua relação com o mercado (Jurandir, Chicão, D. Moacir), sua conduta familiar (Jurandir, D. Moacir), seus costumes (Jurandir, A. Carneiro, Chicão, D. Moacir), sua relação com a terra (Jurandir, Chicão), elucidam a importância de um modo de vida seringueiro como parâmetros para entender os conflitos que são gerados pós 1970 e, sua resistência como um trabalhador camponês da floresta.

As palavras Chaves que apresentamos: tradição – vida moderna, extrativismo, luta, floresta – produção e terra de trabalho, expressam significâncias de vidas humanas, que encravaram na floresta as raízes de sua formação social e territorial.

Do território da exploração ao território da vida

A formação econômica e social da Amazônia-acreana se deu a partir da dinâmica da fronteira econômica brasileira em duas fases históricas: a ocupação inicial com a frente

¹² - É importante salientar que na conjuntura dos embates políticos, travados ao longo destas três últimas décadas do século XX, o avanço de forças progressistas tem caminhado junto ao processo organização social no campo e na cidade no estado do Acre. Assim os apontamentos que criticam o poder público do governo estadual, não necessariamente se aplicam ao momento político atual, dado a vitória de uma frente de partidos progressistas em 1998, em que muitas lideranças passaram a fazer parte do governo.

pioneira extrativista da borracha a partir da década de 1870, e a frente pioneira agropecuária a partir do final da década de 1960. Assim, é ao longo de quase um século de conflitos diversos e de confrontos com a floresta, que o seringueiro se firma como um trabalhador tradicional da Amazônia Sul-ocidental. É neste contexto que se constitui como grupos sociais, mais propícios à exploração, quando estes territórios são incorporados pelo domínio das forças da frente pioneira agropecuária.

Para entrarmos na discussão da resistência dos seringueiros, primeiramente, cabem algumas considerações do caráter e do contexto histórico e geográfico. Referimos a formação das bases socioterritoriais como classe social antagônica às forças que sobreporam seu espaço no contexto mais recente da fronteira econômica acreana.

Após 1950, a borracha como principal produto econômico estava decadente no mercado, num processo de estagnação/degradação econômica que vinha se arrastando cumulativamente com quebras por décadas seguidas. Mesmo assim, o extrativismo se mantinha como atividade econômica principal do seringueiro e a borracha como principal produto da região acreana, ainda na década de 1960. No seringal, a exploração do seringueiro se dava tanto na pesagem do produto entregue, como na hora da compra de víveres no armazém. Na pesagem do produto (balança), era onde que mais se atingia os seringueiros, tanto por parte do patrão (onde a estrutura produtiva e organizativa do seringal subsistia) como por parte dos marreteiros, em que se roubava no peso por diversas maneiras (balança desregulada, anotações de menos que o produto pesou, alto percentual de “quebra” etc.).

No âmbito deste mecanismo é importante entender o papel do seringueiro que atua também na contravenção de uma “ordem” preestabelecida no seringal. Ora, os regatões que percorriam os rios da região, traziam a figura do comerciante (atravessador) que buscavam produtos e não interessava de quem e como chegava até eles! Aos seringueiros, sempre que possível usava apenas parte de sua produção para pagar o que devia no barracão e a outra parte, “desviava” para vender ao atravessador que trazia mercadorias novas, ou melhor, novidades, ou para receber em dinheiro, coisas que dificilmente ocorreriam nos barracões. Outra forma que se caracterizou essa contravenção se deu no fabrico da borracha, no processo de defumação ou coagulação do látex, quando se adiciona material pesado no meio da borracha (como areia, pedra, farinha de mandioca etc.) para aumentar o peso do produto. Nesses aspectos, o “desvio da produção” ou o “aumento do peso” já apareciam como artifícios para compensar a exploração que os submetiam, e proporcionar maior renda, sem necessariamente ter que aumentar a jornada de trabalho ou a auto-exploração. Era forma de compensar a perda que tinha na negociação de seus produtos. Cabe salientar que esta não foi uma prática generalizante dos seringueiros, mas atingiam pequena parte destes camponeses. Todavia, são nestes atos que podemos afirmar que estavam presentes atitudes de desobediência a “ordem vigente”, em que se deram bases as ações de uma luta individual, escondida e camuflada no cotidiano social destes indivíduos, controvertendo a ordem do seringal. Af manifestava a consciência individual da exploração que os submetiam e tentava-se compensá-la com ganhos pessoais sobre perda do explorador; não havia ainda uma consciência coletiva suficiente para outras práticas que levasse a resistência numa ação de classe em si. O elemento que os exploravam atingiam individualmente, por isto as reações se davam plano individual.

Nas compras de víveres no armazém dos barracões ou nos regatões, os abusos se davam nas anotações de produtos não adquiridos, somatórios errados e no preço exagerado dos produtos. Tudo isso era “aceito” pelo alto grau de analfabetismo que atingia a população da floresta (o que ainda é um problema hoje), e pelo temor ao patrão.

Socialmente, os seringueiros que ainda permaneciam com bases produtivas nos seringais, formavam grupos sociais que moravam em colocações distantes, de duas a cinco horas, uma das outras (entende-se que a hora aí refere-se a uma hora de caminhada a pé, o que “no passo de um seringueiros” seria aprox. 6 Km/h). Uma comunidade de convívio social

referia-se a pessoas que se distribuíam por uma área territorial considerável. A boa ou má convivência advinha do respeito pelo que é do outro¹³, ou seja, não se admitia a invasão de estradas e castanhais ou retirar madeira em áreas "alheias"; por outro lado, a caça, geralmente não restringia ao território, mas o início de uma caçada sempre começava na área territorial de sua colocação e se prolongava por onde o animal caçado prosseguia em sua tentativa de fuga. O respeito a mulheres e crianças era uma exigência que cada vizinho devia aos "chefes da família". Mesmo nessa "boa convivência" não raramente, as brigas e desavenças aconteciam na comunidade, porém nada que após alguns desentendimentos (às vezes até com atos violentos, em que se resolve à base da "peixeira"), venha quebrar por total a vida e convívio comunitário. Nota-se que não referimos sociabilidade que politicamente representa uma coletividade de classe social, mas ao convívio comunitário que se baseavam em relações de vizinhança.

Este ambiente foi sendo recriado à medida que o seringueiro passava da condição de um trabalhador "escravo por dívida", nos momentos de apogeu da borracha, para a condição de um sujeito que tanto promove sua autonomia por iniciativa própria, como aproveita das "aberturas" do regime de trabalho que o submete no seringal, nos momentos de crise da borracha, para garantir e ampliar tal condição. Todavia, este grau de autonomia da organização produtiva familiar do seringueiro variou (ainda varia) enormemente no tempo e no espaço desde o início do século vinte. Em regra geral, as condições que os prendiam no sistema de trabalho compulsório perpassam por toda primeira metade do século XX, tendo este maior autonomia com o passar do tempo, inclusive na década de 1940, já com uma legislação específica do Governo Federal, obrigando seringalistas, em certas circunstâncias a indenizar as benfeitorias dos seringueiros que por ventura tivesse que sair de suas colocações¹⁴, o que certamente não era de conhecimento da grande maioria destes trabalhadores. Ao mesmo tempo, podemos dizer que as comunidades rurais e famílias de seringueiros que se localizavam mais próximas das áreas urbanas ou de vias transportes com maior trafegabilidade, conseguiam maior avanço na construção de sua autonomia, de que aqueles que habitavam os rincões mais distantes da floresta; isso graças ao acesso às informações, o maior contato com o mercado, às vezes, a possibilidade do acesso a escola. São nestas condições que a colocação redimensiona a territorialidade do seringueiro: como noção concreta de sua área territorial de trabalho, como recanto de suas tradições e valores originários do nordestino recriado no convívio semi-isolado das florestas úmidas da Amazônia, como convívio familiar e comunitário, como noção de tempo que se torna relativa dada à distância na floresta e do ritmo de vida social e produtiva deste sujeitos sociais, e como na herança do domínio da grande propriedade latifundiária e do patrão.

Portanto, o seringal situa-se como territorialização do domínio do seringalista, do patrão que submete ao trabalhador. As condições da territorialidade dos seringueiros se materializa na colocação; e, é dela e em defesa dela, que lançam seus protestos para buscar o reconhecimento de sua territorialização para além da unidade capitalista (o seringal ou a fazenda) – que virá verdadeiramente, somente após muitas lutas com as RESEXs e Paes.

Assim, por volta do final da década de 1960, este seringueiro, aparecia como uma figura social que sua presença na floresta questionava a estrutura concentrada dos seringais, pois ia firmando sua territorialidade sobre um espaço já territorializado pelo patrão, que apesar de decadente economicamente, era a figura guardiã da propriedade capitalista da terra na floresta.

¹³ - Conforme Souza, (1996, p. 61) os "seringueiros atingidos por qualquer ação nociva a sua vida, praticada por outro seringueiro, colocavam-se sempre como homens que precisavam de respeito pelo seu trabalho e pela vida sacrifícios que levavam".

¹⁴ - Segundo Souza (1996, p. 49-50) "a função do seringalista era, em entregar todas as estradas de seringa em estado de exploração e auxiliar os seringueiros na construção de suas barracas (tapiri) e do defumador, tornou-se obrigatória a partir da exigência do Governo Federal quando da introdução de um Contrato Padrão de Trabalho nos seringais Amazônicos, a partir de 1942". Caso isto não acontecesse e o seringueiro promovesse esses trabalhos por conta própria, o seringalista teria que indenizá-lo; o que na prática raramente acontecia.

Na frente pioneira agropecuária que passava a incorporar o território regional, ocorreu uma (re) territorialização do capital, em que mudou apenas os mandatários, introduzindo novos sujeitos sociais e econômicos (investidores/especuladores e trabalhadores camponeses em atividades agropecuárias do Centro-Sul) e novos padrões na reprodução de espaço agrário (baseados em atividades agrícolas e pecuárias) e viriam sobrepor o espaço produzido na frente pioneira extrativista decadente, mas que produziu os trabalhadores tradicionais da floresta – os seringueiros. Somente quando estas novas forças da rearticulação econômica e territorial do capitalismo na Amazônia-acreana os ameaçam, é que se manifestam as condições objetivas para uma reação coletiva de uma classe camponesa na floresta – os seringueiros.

Em suma, o que entendemos, é que nesta conjuntura estava formada uma identidade de um trabalhador familiar, inegavelmente, um camponês típico de uma região em que o domínio florestal formou as condições de recursos para ser ocupada e produzida por forças produtivas externas: tanto os capitalistas como os próprios migrantes nordestinos, que revestidos em tais condições econômicas e naturais, transfigurou-se em seringalistas e seringueiros amazônicos. São nestas condições que as lutas dos seringueiros vão se consumir como busca de legitimar seu domínio sobre o território da colocação, no reconhecimento de um território de domínio seringueiro¹⁵, ou seja, de um *camponês florestal*. Aí o ambiente coletivo para se opor a qualquer força ameace esta territorialidade seringueira¹⁶ está construído e, é dele surge às forças de reação nos movimentos sociais de resistências¹⁷.

A terra e o caráter do modo de vida seringueiro

O seringueiro se consumou como uma classe camponesa na floresta, a partir de sua afirmação com um modo de vida específico, recriado neste ambiente ao longo de períodos de opressões nos seringais. Isto, paralelo a luta constante pela reconquista da autonomia e liberdade, perdida no âmbito das relações de produção e de trabalhos no seringal.

Neste contexto, a terra como meio de produção fundamental para qualquer processo produtivo agrário, para o seringueiro se caracterizava num sentido bastante específico. Nela a condição do seringueiro é de possessor e não de proprietário. Nisto detém o domínio moral sobre sua colocação (o que acreditamos ser uma forma de propriedade moralmente legítima), mas não tem poder decisório sobre o território que ocupa (o que é detido pelo proprietário jurídico da terra que a tem legalmente). Aí, sua luta inicial nunca se caracterizou pela busca da propriedade fundiária da terra, mas pela liberdade e autonomia no trabalho sobre a terra. Como o trabalho na floresta estava ligado às condições dos recursos naturais, das quais se produziam as mercadorias posta no mercado, o território de trabalho do seringueiro tinha valor enquanto tais condições naturais fossem atrativas. Daí se exercia o domínio que cada família buscava manter em suas colocações.

Então, o seringueiro busca na colocação, o *locus* para o reconhecimento de uma afirmação sedentária de sua reprodução social, cultural e econômica. Sendo assim, garantida as

¹⁵ - Dois conceitos importantes para entender esta questão foram introduzidos por Fernandes (2000 p. 61) em um estudo sobre o MST (Movimento dos Trabalhadores Sem-terra). Estes são de "movimentos socioterritoriais e movimentos socioespaciais. "Movimentos socioterritoriais são todos os que tem o território como trunfo". Todavia, "há os movimentos que não tem este objetivo, mas lutam por dimensões, recursos ou estruturas do espaço geográfico, de modo que é coerente denominá-los de movimentos socioespaciais"

¹⁶ - É interessante frisar, que esta identificação do seringueiro com seu território de vivência - a colocação, era totalmente condizente com a estrutura concentrada dos seringais sob regime de produção extrativista. Isto seria amplamente ameaçado com a transformação dos seringais em fazendas de criação de gado bovino que ameaça a condição de existência socioterritorial da colocação.

¹⁷ - Entendemos que nestes pressupostos, os movimentos sociais, podem seguramente ser entendido como movimentos socioterritoriais. Isto, pois em primeira instância, a luta é pelo domínio de um território que para o seringueiro representava a condição de continuar seu modo de vida de povo da floresta, ou seja, de territorializar uma territorialidade construída, por mais de um século de duro convívio e resistência camponesa na floresta.

condições de produção e sobrevivência, na sua lógica não faz sentido ser itinerante, como ocorre com os posseiros estudado por MARTINS (1995) na Amazônia Oriental.

Com a conquista gradativa de liberdade de trabalho, cresce o poder de auto-organização destes grupos de trabalhadores que se firmavam nas condições de vida na floresta. Então, enquanto a propriedade privada da terra não era apossada de forma estranha ao uso da terra florestal na decadente frente pioneira extrativista, seu domínio sobre a colocação, praticamente, não era questionado. Em sua existência como tal, os conflitos entre trabalhadores & patrões ficam amenizado por uma situação de "dormência econômica" da borracha sub-valorizada no mercado. Isto ocorria devido à crise que se abatia sobre o sistema de circulação da mercadoria (a borracha), desde a segunda década do século vinte, afetando a produção em escala empresarial do produto. Nestas circunstâncias, grandes partes dos seringueiros arrendaram ou abandonaram seus seringais, resguardando suas economias em outras atividades. Outros poucos que persistiram, mergulharam-se em dívidas que impediam de manter a produção de seus latifúndios extrativistas.

Assim, quanto maior a crise na economia regional, mais se afrouxava os laços que prendiam os seringueiros. Neste contexto, ocorriam as condições para que estes migrassem para as cidades ou firmassem em suas condições de posseiro na floresta. Com isto não estamos defendendo que a crise não afetava o seringueiro. As dificuldades também abatem sobre eles, mas isto dava a eles maior liberdade de ir e vir, de tomar decisões própria, de reconquistar e reconstruir condições para uma vida enquanto trabalhador autônomo. Agora pode plantar, criar e lutar pela colocação, enquanto lugar de sua reprodução integral e, não apenas econômica.

Neste sentido, em entrevista a um seringueiro (em 1998), este nos contava que no início da década de 1970, fora questionado por um fazendeiro recém-chegado a região de Brasília, sobre seu direito a terra que vivia, se sequer tinha documento dela. Ele contra-argumentou ao fazendeiro que realmente não tinha documento escrito sobre sua colocação. Mas tinha documento sim. Este era sua presença naquele lugar a anos, a família que ali construiu, os filhos que ali nasceram e cresceram, a amizade com vizinhança, as plantas que cultivou, tudo isto eram seus documentos. Ademais, andando pelos seringais é comum chegarmos em colocações que a família, já habita ali por décadas. Duas ou três gerações já se passaram. O cemitério com e pais e avós sepultados, próximos da residência é testemunho deste passado. Vemos que aí, com base na concepção Thompsoniana, pode-se falar de uma economia moral baseada no direito consuetudinário, que garante a legitimidade da posse do seringueiro (o que vemos como uma forma de domínio legítimo). Nisto, o sentido de seu modo de vida, fundamentado na família, nos costumes e tradições, no convívio com o ambiente florestal, têm suas expressões fundamentais.

O trabalho com meeiro, acolhido no seio da família, foi outra prática social desenvolvida no contexto da formação do modo de vida seringueiro. O meeiro, geralmente, era um homem solteiro, que uma vez contratado por um seringueiro - chefe de família (no âmbito da colocação), passava a exercer atividades de trabalho na extração do látex, com a totalidade ou partes das estradas da colocação, sendo que ao final, a produção seria dividida ao meio (daí o nome meeiro). Para isso, a família do seringueiro chefe, se encarregava de prestar todos os outros serviços necessários para que este trabalhador tivesse condições, viver com o "devido conforto". Por se tratar de um homem solteiro que ia trabalhar junto a uma família já constituída, muitas vezes ao final do contrato, o meeiro acabava-se casando com a filha do seringueiro que o recebeu (SOUZA, 1996; SILVA, 1999).

O modo de vida seringueiro vincula-se, na essência, ao trabalho na seringa e a coleta de outros produtos naturais. Nisto, reside parte de um aprendizado em que a família é a célula principal. O filho do seringueiro é iniciado no âmbito da própria família, no trabalho e afazeres

para assimilar as práticas paternas e se tornar um trabalhador tal qual o pai¹⁸. À menina, em geral, cabe ser iniciada nos trabalhos domésticos e em trabalhos nos roçados, pois, dificilmente se ocupará de atividade extrativa da borracha. É no âmbito da família também, que outros trabalhadores recém chegados (caso de muito nordestinos que chegaram entre as décadas de 1950 - 1970), não habituados a atividades extrativistas, ou seja, que os "arigós" (nordestinos recém chegado, também chamado de "brabos") eram iniciados nos trabalhos da floresta. As relações comunitárias se davam nos dias santos, domingos, com atividades de lazer, celebrações religiosas, jogos de futebol, festas dançantes etc; mas também nos mutirões (adjuntos) em que uniam forças familiares comunitariamente, numa atividade de solidariedade a um companheiro e, ao final, como símbolo da união o dono do "serviço" oferecia um jantar com grande fartura de comidas e bebidas e, uma festa em que se dançava a noite inteira. Tudo isto, demonstra o papel da família como local do aprendizado de práticas e valores já desenvolvidas no contexto contraditório da luta contra a opressão do patrão e do atravessador, na dureza da vida na floresta e na assimilação de modos de viver autônomo conquistado gradativamente na luta de seus cotidianos. Assim,

a família significa para o seringueiro ter com quem dividir o cotidiano de um seringal que não é só de trabalho, mas também de lazer e de solidariedade. É a possibilidade de 'empatar' de viver na solidão de um tapiri. Seringueiro sem família significa viver sozinho no meio da floresta, sem ter com quem dividir suas tarefas suas angústias e suas alegrias (SOUZA, 1996, p. 92).

É neste ambiente e que o seringueiro firma seu modo de vida, negando a solidão de trabalho no passado e, construindo família, repassando valores desenvolvidos tanto nos anos de contato e vida na floresta, como no resgate de sua memória social de trabalhador migrante nordestino recriado na Amazônia. Nisto firma uma identidade que entendemos ser específica de um campesinato da floresta, sob os seguintes pilares: organização familiar, comprometimento com o ambiente local (vida social na floresta), domínio sobre a terra (floresta), solidariedade e resistência.

Souza (1996) em seu trabalho aqui já referenciado explicita de forma bastante didática esta formação de um modo de vida seringueiro na floresta, perante às lutas e desafio no "seu reconstruir" como sujeito de sua própria história e, que entendemos ser bastante significativa:

Além do patrão seringalista, o seringueiro teve que dominar um mundo natural que se colocava à sua frente. Para colocar em prática seu trabalho no corte da seringa, foram inevitáveis os enfrentamentos dos perigos e dos mistérios da floresta. Acostumados a isso, os trabalhadores seringueiros não se amedrontam, muitas vezes, nem com os esturros da onça pintada [...]. Na madrugada, com sua espingarda, com seu balde, com suas facas, com suas tigelas, com seu saco de pano (chamado de marico), amarrado às costas, saem a trabalhar atentos a todo movimento estranho aos caminhos que percorrem diariamente. A onça-pintada que havia esturrado naquela área, na noite anterior, ainda poderia estar ali. Enfrentam os riscos, mas não deixam de trabalhar. O medo era superado pela necessidade de trabalho. Vejo o domínio de seu mundo. Passaram a respeitar tais riscos com coragem de enfrentá-los no dia-a-dia" (SOUZA, 1996, p. 233)

¹⁸ - Af já demonstrava o grau de comprometimento da família como elemento dominante nos processos de produção do espaço e do sujeito social na floresta, assimilando aprendizados passados de gerações anteriores e reproduzindo-os. Em geral, isso difere muito do que acontecia com primeiros seringueiros (os brabos), que eram iniciados por outros trabalhadores mais experientes. Isto se dava em processos cumulativos das técnicas de extração, que remonta ao habitante nativo da região e o "aperfeiçoamento tecnológico" de extração do látex feito pela empresa capitalista promotora (Cf. REIS, 1954).

Parece-nos então que aí, a luta é um processo contínuo que denota a resistência de um sujeito que vive no limite, os desafios postos a uma existência simples de um homem simples. O domínio próprio de seus limites coincide com o domínio do mundo externo, às vezes caminhado em sentido diferente do que individualmente poderia fazer¹⁹. Portanto, aí se fazem presente no conjunto de suas lutas, elementos, em que nos fundamentando em pressupostos de Castoriadis (1995), entendemos que, no enfrentamento ao meio natural e social, na relação com seus instrumentos de trabalhos, no seu imaginário social e mítico da floresta etc., institui-se uma “ordem simbólica” de uma tomada de consciência, “de domínio de seu mundo”, a partir do que já existia em seu ambiente socioespacial²⁰. Nisto residem condições para caracterizarmos o modo de vida seringueiro.

Continuando, Souza (1996, p. 234), conclui então que, “Pelos caminhos da floresta, os seringueiros constituíram um modo de vida. Dominar os perigos e conhecer a dimensão do que a floresta lhes oferecia era o que todos aprendiam no cotidiano. Dificilmente conseguiriam sobreviver na floresta sem esse conhecimento”.

É, portanto, com estas instituições sociais deste modo de vida, que estes camponeses teriam seu espaço sobrepostos pelas forças da frente pioneira agropecuária a partir do início da década de 1970. Daí emerge as raízes de conflitos e das ações de resistências que serão apresentadas a seguir.

ORGANIZAÇÕES SOCIAIS, MOVIMENTOS DE RESISTÊNCIA E A LUTA PELO TERRITÓRIO.

Neste sub-eixo temático, trataremos da fase inicial da organização dos movimentos resistências dos seringueiros frente às situações de conflitos despertadas (pois já existiam conflitos, embora não ameaçassem os posseiros em tal grau, que incompatibilizassem sua existência como classe trabalhadora). O ponto principal demonstrado nas entrevistas foi que no âmbito do espaço vivencial do modo de vida seringueiro na floresta (que analisamos no item anterior, e que o Sr. A. Carneiro lembrava como que viviam melhores), os conflitos se davam num plano interno às comunidades, a interferência de forças externas eram pequenas. Com o avanço das forças da frente pioneira agropecuária, uma ameaça paira sobre o mundo destes camponeses da floresta: os novos padrões de reprodução capitalistas introduzidos não poderiam ser compartilhados com os padrões de produção camponeses extrativistas dos seringueiros²¹. Aí podemos dizer que somente ao ser submetido a uma força externa ao seu mundo (MARTINS, 1995), que esses seringueiros se manifestam como socialmente com valores próprios e se despertam para defender seu espaço e legitimar seu território.

No conjunto da análise deste sub-eixo temático as palavras chaves: CEBs, evangelização e realidade, retratam o panorama da ação de pastoral como fomentadora da organização conscientização dos trabalhadores, em que sob poder místico da fé católica se assentam as bases para uma prática de resistência (Dom Moacir, Chicão e Irmã Patrícia). A CONTAG é apontada como o amparo jurídico de que os trabalhadores necessitavam para sua organização e formação (A. Carneiro, Dom Moacir e Chicão). As palavras sindicato, militância e união de trabalhadores estão presentes como a institucionalização da luta que leva a gradual

¹⁹ - Por exemplo: ora servindo como mão-de-obra barata para destruir seu próprio habitat social como fez o Sr. Jurandir, num momento de sua vida trabalhando nos desmate para fazendeiros e, noutro momento se identificando coletivamente como trabalhador local e tornando-se um sindicalista (delegado sindical).

²⁰ - Neste caso, estamos referindo aos valores socioculturais das raízes nordestinas, aos legados das populações nativas, as relações de vidas desenvolvidas no confronto com o meio ambiente amazônico, ao sentido da vida comunitária nos seringais etc. Isto forma as condições subjacentes a ação de “ser” seringueiro.

²¹ - Nesta questão, por exemplo, nos referimos ao Sr. Jurandir e Sr. A. Carneiro quando tratam das diferenças no modo de trabalhar dos trabalhadores centro-sulistas com relação aos acreanos; e, a Irmã Patrícia que atuava na evangelização, entendia as diferenças dos grupos, e se solidarizava com os mais sacrificados.

autonomia dos movimentos de resistências, em suas busca de conquistas que se dão tanto no plano socioespacial, como socioterritorial (todas as entrevistas demonstram isto).

Os precursores na organização dos trabalhadores.

Do ponto de vista das transformações no espaço agrário acreano, o que tem sido demonstrado é que com a transferência das terras acreanas para proprietários centro-sulistas, a partir de 1970, houve um rompimento das condições que haviam estabilizado os conflitos socioespaciais no âmbito das forças produtivas que atuavam no campo acreano, remanescente da frente pioneira extrativista, agora tomada pelas forças da frente pioneira agropecuária. Os seringueiros que, efetivamente, formavam os grupos de habitantes das florestas, viriam ser obrigados a sair de suas colocações, expulsos da terra, quer seja por forças físicas dos jagunços, quer seja por vias "indenizatórias" (em que os valores eram irrisórios), outras formas de coação desenvolvidas pelos novos proprietários de terras.

Muitas famílias de seringueiro foram expropriadas da terra, num contexto de relações impostas, em que por não conhecerem seus direitos, estes trabalhadores aceitavam as condições que lhes eram impostas. Basicamente a grande maioria migrou para as cidades da região, outras partes migraram para os seringais bolivianos e uma parte menor, sobretudo na região do Vale do Juruá (parte mais ao oeste do Acre e sudoeste do Amazonas), buscou permanecer em suas estruturas produtivas antigas e, aí se reconstruir sua vida sob a proteção do padrão como "seringueiro cativo ou sujeito ao seringalista" (DUARTE, 1987, p. 66). Todavia, houve significantes grupos que resistiram e iniciaram a luta pela terra que historicamente ocupavam por décadas. O que se pode dizer disto tudo, é que nesta nova fase da reprodução do espaço agrário acreano, acirraram-se as lutas no campo de grupos sociais se definem historicamente como camponeses, porém com padrões diferentes de autonomia e vínculos nos processos produtivos da frente pioneira agropecuária. A expropriação é condição para que a luta contra o capital fosse suscitada, uma vez que no contexto da estrutura produtiva decadente do seringal, esses conflitos estavam estabilizados e, os seringueiros já haviam desenvolvido mecanismos de sobrevivência e convívio frente às forças opressoras.

Os conflitos suscitados logo ganham dimensões de resistências e aí, como vimos, dois agentes institucionais tornam-se fundamentais: a Igreja com a criação das CEBs lança bases para a tomada de consciência dos trabalhadores e, a CONTAG com trabalho de assessoria aos movimentos sociais, fornece o amparo jurídico necessário. É no conjunto dos processos de acirramento dos conflitos suscitados no campo e no trabalho destas instituições, sob o processo de reterritorialização do capitalismo, com a expansão da agropecuária sobre o espaço produzido pela forças produtivas extrativistas, que emerge a organização dos movimentos sociais de resistência. O sindicato de trabalhadores rural foi a primeira expressão.

As comunidades eclesiais de bases (CEBs), a partir de 1972, sobretudo na área da Diocese de Rio Branco (na época Prelazia do Acre-Purus), representa no processo de conscientização através do Evangelho, a primeira tomada de consciência dos seringueiros de seus direitos usurpados pelos agentes capitalistas da frente pioneira agropecuária. Em 1975, foi implantado a Delegacia da CONTAG na região, atuando sob uma área de jurisdição que englobava o Acre, e Rondônia (na época ainda Território Federal) e áreas limítrofes do sul do Amazonas. Inicialmente, trataram mais de questões contratuais trabalhistas envolvendo trabalhadores do campo, mas logo por força das circunstâncias teve que se envolver nas questões dos posseiros²². Neste trabalho, não se pode negar, como foi ressaltado nos

²² - Cf. SILVA, 1982; DUARTE, 1987; IOKOI, 1996; SOUZA, 1996; SILVA, 1999.

depoimentos, que a CEBs preparou um caminho para a atuação mais efetiva de CONTAG e outros órgãos que vieram depois²³.

Assim, atuando junto a trabalhadores Igreja e CONTAG²⁴, abriram caminhos e incentivos para a criação da base sólida que se precisava para o florescimento de fortes movimentos de resistências. Estas organizações populares mais que uma formação de movimentos sociais em defesa da terra, caracterizava-se pela defesa da vida na floresta e, nisto a defesa da floresta aparece como condição de reprodução de seu cotidiano social, dado que ela é o habitat social deste sujeito – o seringueiro. Em 1975, sob clima de intensa repressão do Estado e das fortes tensões sociais na região, surgem os primeiros sindicatos de trabalhadores rurais (Sena Madureira, Brasília, Xapuri etc.). Isto marcaria a institucionalização da luta dos trabalhadores da floresta.

O sindicato e a luta pelo território

Institucionalizando-se esta parte da luta, surge então a condição de uma prática sindical de defesa dos direitos dos trabalhadores da floresta; de luta pela terra e do direito de ser reconhecido legítimo “detentor do domínio sobre ela”; de resistência pelo modo de vida seringueiro/camponês radicalizado nas condições de existência e de trabalho que se territorializa nas colocações. Portanto, em alguns aspectos as lutas travadas no âmbito da ação dos trabalhadores sindicalizados, projeta-se para muito além da dimensão de atuação dos sindicatos, como na defesa do cotidiano social e do construído de um simbolismo socioambiental produzido ao longo da vida destes. A luta é um embate contra o capitalismo que ao redimensionar uso do espaço em que se reterritorializa, agride as condições existenciais da territorialidade seringueira – expropria as condições de sociabilidade na floresta, desmata a floresta e introduz novas formas de produzir, em que não há lugar para este trabalhador tradicional.

Nestas condições se formaram os movimentos de resistência nos seringais. Entendemos que movimentos de resistência são aqueles que mais que um caráter reivindicatório do trabalhador, tem um caráter de defesa de forças opressora que ameaça as condições de vida já existentes no lugar, aí estava a expressão maior do Sindicato. Todavia, como demonstraram os Sindicalistas Carneiro e Chicão nas entrevistas, a resistência se dava em lutas como as manifestações em Encontros das CEBs, no “Grito da Terra”, nas “Romarias da Terra” e outras práticas que se manifestaram ao longo destas três últimas décadas, as vezes aliadas às organizações populares urbanas como, associações de bairros, movimentos pelo saúde na cidade, ou ainda, com apoio de partidos políticos populares. Um aspecto geográfico interessante é a imbricação da luta por questões do campo e da floresta, mas que o local do embate se dá também na cidade, o que demonstra que não dá mais para entender *campo, floresta e cidade* como estâncias territoriais separadas na reprodução do espaço geográfico (Cf. OLIVEIRA, 1991).

A principal manifestação que se dava no campo destes movimentos foi a prática dos “empates”, que era uma forma de “empatar” as ações de desmatamento promovidas pelos fazendeiros. Com a união das famílias de várias comunidades, estas se colocava frente a áreas da floresta que estavam sendo destruída e formando “correntes humanas” abraçavam-se às árvores, sob ameaças das motosserras e armamentos dos trabalhadores e jagunços das fazendas

²³ - Neste caso, nos referimos aos sindicatos dos trabalhadores rurais – STRs, a Central Única dos Trabalhadores – CUT, Comissão Pastoral da Terra – CPT, a Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Acre – FETACRE, Conselho Nacional dos Seringueiros – CNS etc., que foram criados ou chegaram ao Acre a partir de meados da década de 1970 e durante a década de 1980.

²⁴ - GRZYBOWSKI (1987), demonstrou o peso que a CONTAG teve nestes momentos, quando ela atuava como principal instância de mediação e representação dos trabalhadores rurais. Daí sua força real para atuar juridicamente nas relações de poder, representando e defendendo os trabalhadores.

etc.²⁵. É interessante salientar o aspecto do simbolismo social que perpassava nestes atos: abraçar a uma árvore que está sendo ou está prestes a ser derrubada, significava incorporar a vida do homem ao meio, significa demonstrar que a vida do homem da floresta não existe sem a floresta, matar a floresta é mesmo que matar a existência do seringueiro – nota-se então que não estamos tratando de símbolos representativos, mas de significados de vidas²⁶.

No conjunto, nos relatos dos agentes sociais entrevistados, sobretudo Dom Moacir e Chicão, ficaram demonstradas que as lutas travadas produziram conquistas para os trabalhadores: a desapropriação seringais e fazendas em áreas de grandes contestações e a implantação de projetos assentamentos, o que podemos chamar de reprodução e territorialização camponesa, se deram sobre áreas de domínios do capitalismo, desterritorializando-o. Aí foram implantados os projetos de assentamentos dirigidos (PADs), os projetos de assentamentos extrativistas (PAEs), as reservas extrativistas (RESEXs) e outras modalidades de assentamentos e colonização desenvolvidas pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA).

O caráter de luta contra a expulsão promovida pelo o fazendeiro ou a luta contra a exploração promovida pelo patrão (seringalista ou arrendatários de seringal), caracterizou os conflitos do início da organização. Nestes sentido a luta era por espaços sociais, por respeito a sua condição de homem trabalhador, pela justiça etc., tudo isto, entende como a organização de movimentos socioespaciais camponeses. Logo após, a fundação e o início do trabalho dos sindicatos, o movimento ganha o caráter de luta pela terra. Não se tratava de simplesmente de entrar na terra, mas ter reconhecido o direito sobre a terra que se ocupava a anos, como já demonstramos – terra que significava a persistência de um modo de vida com valores que historicamente foi construído ao longo de décadas. É este segundo caráter que nos indica que a luta, refere-se a busca da conquista do território da colocação (que era condição material da territorialidade seringueira), que se territorializava sob o espaço territorializado pelo seringal. Aí reside caráter de movimentos socioterritoriais das lutas destes trabalhadores. Esses movimentos atuariam, então em duas frentes de lutas: uma pelo reconhecimento do direito familiar sobre território e outra de resistência de sua condição de trabalhador familiar autônomo na floresta; é aí que se caracterizam estas lutas, como os movimentos camponeses de resistências.

O caráter de resistência de modos de vida se deu também no choque com outros grupos camponeses do Centro-Sul que chegavam a Amazônia-acreana, no contexto da fronteira agropecuária. Como vimos, o camponês da floresta voltava seu trabalho para atividades extrativistas com uma pequena agricultura de subsistência, o camponês migrante centro-sulista era um agricultor por excelência – são modos de vida e identidades diversos no tempo e no espaço que aí se defrontam²⁷. É nesta complexidade do campo amazônico-acreano que justifica-nos distinguir pelo menos dois tipos camponeses: os camponeses das florestas – “os seringueiros” e, os camponeses agricultores – “os colonheiros” (colonos), que os Sr. Jurandir,

²⁵ - Simplificado o significado de “empates”, podemos dizer que eram ações coletivas de defesa da floresta, enquanto seu habitat social e do modo de vida seringueiro na floresta, lócus de sua moradia e vivência social. Os “empates” que emergem como práticas de resistência aos desafios do cotidiano de vida na floresta. Após 1970, dado às forças expropriadoras que agora os ameaçam, torna-se uma prática de defesa das condições existenciais dos seringueiros como grupos sociais de trabalhadoras na floresta (Cf. DUARTE, 1987; SOUZA, 1996).

²⁶ - Neste sentido a dimensão deste simbólico, como salienta CASTORIADIS (1995, p. 148) “pertencem a estruturas ideais que lhes são próprias, que se inserem em relações quase-rationais”. Então se poder falar de uma prática concreta em que estes valores são redimensionados.

²⁷ - Em “A fronteira agropecuária acreana” (SILVA, 1999), caracterizando esta situação, consideramos os seringueiros como força-de-trabalho remanescente de uma frente pioneira extrativista decadente, inadequados aos novos processos produtivos de reprodução capitalistas recentes na região. Os camponeses migrantes centro-sulistas, não eram capitalistas, mas eram agentes desta nova fase de expansão do capitalismo na região; constituíam-se como força-de-trabalho extremamente necessária à reprodução da frente pioneira agropecuária.

Chicão e A. Carneiro identificavam a partir de seus modos diferentes de trabalhar e de costumes observados.

DAS TRANSFORMAÇÕES NA PRODUÇÃO DO ESPAÇO AGRÁRIO À PERSPECTIVA CAMPONESA

Perante aos conflitos suscitados no contexto da fronteira agropecuária, os movimentos de resistências dos seringueiros, como salientou o sindicalista “Chicão”, foram vitoriosos. No embate geral, sob a direção dos STRs, trabalhadores organizados forçaram o Estado a desapropriar áreas de propriedades privadas e com isto permitir um avanço do campesinato sobre a terra do capital, dando bases para a formação de territórios de pleno domínio de camponeses como as reservas extrativistas e, outros de domínios parciais, pois está mais suscetíveis a uma reterritorialização do capital, como os PADs.

Assim, nestes dois últimos eixos temáticos que aqui juntamos para a análise, com relação as transformações no espaço agrário amazônico-acreano, as palavras chaves expropriação, violência e venda de terra correspondem situações de conflitos suscitados no âmbito da fronteira agropecuária perante aos quais se tem a reação da classe trabalhadora local, como foi apresentadas por todos os agentes entrevistados; as palavras chaves, conscientização e direito dos trabalhadores, referem-se a motivação que deu sustentação a luta; a palavra mercado, é um signo que expressa a impossibilidade de se manter isolado, e dá um perfil de um sujeito que tem necessidade de consumo extra-rural, nas não quer deixar a terra, daí este ser visto sempre como possibilidade de vender o que se produz (A. Carneiro, Chicão, Jurandir e Dom Moacir); já PADs, PAEs e RESEX, são expressões da conquista do socioterritorial e da possibilidade de continuar na construção de uma novo destino social, o que de certa forma perpassam na visão dos entrevistados. Com relação a perspectiva camponesa, as palavras chaves: desenvolvimento, associações, cooperativas, reforma agrária e esperança, relacionam-se aos desafios que estas lideranças vêem como processo para a construção de um projeto de vida camponês²⁸ em meio as diversidades sociais e territoriais no espaço agrário produzido na Amazônia-acreana.

Para melhor compreensão deste processo, vamos analisá-los a partir das modalidades de reacomodação da unidade camponesa e do sentido que se teve estas iniciativas no contexto da (re) territorialização do capitalismo recente.

Os PADs

Os Projetos de Assentamentos Dirigidos (PADs) implantados no Acre a partir de 1977, enquadrava-se no conjunto da macro-política de colonização do governo federal desenvolvida pelo INCRA. A implantação dos projetos de assentamentos dirigidos geralmente esteve ligada a legalização de áreas de grandes tensões sociais na década de 1970 e 1980, como por exemplo, as áreas desapropriadas no município de Brasiléia para a implantação do PAD Quixadá em 1981. Estas áreas estiveram sempre como espaço de reivindicação dos seringueiros sobre seu direito de posse. Nas lutas, sob a liderança dos STRs, a primeira vista, a reivindicação não era em primeira instância por esta modalidade de assentamento. Portanto, os PADs, podemos dizer que são frutos das lutas de resistências dos camponeses da floresta, mas não foi uma modalidade que se criou com raízes no seio do próprio movimento. A finalidade era, portanto de fazer o reassentamento de posseiros/seringueiros que ainda não haviam sido expropriados

²⁸ - Refiro-me, neste caso, a “projeto de vida camponês”, como a construção coletiva de espaços vivenciais por um grupos sociais de trabalhadores que não aceitam passivamente a dominação e expropriação que lhe é impostas na reprodução da sociedade capitalista, e buscam abrir caminhos para a sua sobrevivência frente a forças que os tentam expropriar. Nisto a noção de projeto está embutido na luta de resistência e se reproduziu onde houve maior organicidade dos movimentos.

(regularizando suas situações fundiárias) ou receber ex-seringueiros já expropriados que se propusessem a voltar para a terra, mas como "agricultor" e, por outro lado, acomodar contingentes populacionais provenientes do Centro Sul, formado por trabalhadores sem-terras, por atingidos de áreas de barragens, por brasiguaios e, por excedentes de familiares camponeses.

Neste conjunto, podemos dizer que num primeiro plano, o poder público através dos PADs promoveu os processos de acesso dos camponeses a terra e seu domínio sobre ela. Ao acomodar esta diversidade camponesa, não oferecendo infra-estrutura necessária, direta e indiretamente são promovidos as condições que recriam mecanismos de expropriação. Então, muitos desses camponeses começam a sair dos lotes cedendo lugar a gradativa reconcentração da terra e o retorno ao domínio do capital, em um território que legitimamente seria camponês.

Para entender melhor isto, tem que se considerar que as iniciativas de colonização deste porte não tinham como finalidade promover a fixação do homem a terra, mas resolver as fortes tensões sociais tanto na própria região, como noutras partes do país; e, ao mesmo tempo, neutralizar a possibilidade de fortalecimento dos movimentos de luta pela terra que afloravam no Centro-Sul e, criar na região um contingente de mão-de-obra apta a trabalhar nas atividades agropecuárias, inclusive promovendo aquilo que foi característico como função do campesinato na ocupação de fronteiras no Brasil: "fazer o amansamento da terra". Esta última finalidade torna-se importante, pois estes camponeses assentados, ao promover condições de trabalhos na terra recebida, iriam paulatinamente fazendo certos benefícios no seu estabelecimento como: desmatamento, plantação de pastagem, construção de cercas, construção de barracos e casa etc., formado os primeiros capitais fixos nas propriedades, que os futuros compradores obterão sem maiores gastos.

Outra questão nos PADs, foi que ao implantar uma lógica de organização de lotes retangulares baseada no módulo rural (na região acreana, um módulo rural, variava ente 60 a 100 hectares) em corte retilíneos dos lotes, para os ex-posseiros/seringueiros locais, representava inviabilizar sua tradicional produção extrativista. Muitos seringueiros que viveram estas situações têm nos explicado que para viverem em tais condições tiveram que "se tornar um colono sulista em sua própria terra"²⁹. Como as articulações com os sindicatos af ficaram também mais fracionadas, dado que os colonos migrantes centro-sulistas, a primeira vista, não procuraram os STRs, estes ex-seringueiros reassentados estiveram entre os primeiros grupos a serem expropriados dos PADs (SILVA, 1999).

Por outro lado, o acesso a terra é um anseio que está intrínseco a condição existencial de qualquer tipo camponês. Assim, nos PADs, apesar da expropriação que já se desenvolve, partindo de iniciativas de organizações comunitárias já existentes (como as CEBs, as delegacias sindicais) muitos grupos de trabalhadores tem se organizados, e com apoio de instituições como a CPT, o STR etc, estão buscando mecanismos de resistência na terra, com a formação de associações, cooperativas e centrais de associações. Isto, porém esboçaremos melhor mais adiante.

Os PAEs e as RESEXs

Os projetos de assentamentos extrativistas (PAEs) e as reservas extrativistas (RESEXs), também foram implantados em áreas de grandes tensões sociais e de expressiva ação dos movimentos de resistências organizados sob a liderança dos STRs e com apoio de várias organizações como do Conselho Nacional dos Seringueiros (CNS). Todavia, ao contrário dos

²⁹ - É o caso do Sr. Jurandir, que deixa claro isto quando mostra que hoje já não é mais um trabalhador no extrativismo e sim um ex-seringueiro. Esta é também a situação de muitos outros colonos reassentados nos PAD Quixadá, Brasília, como verificamos em pesquisa realizada no ano de 1998 (Cf. SILVA, 1999).

PADs, esta iniciativas surgem como alternativa ao assentamento agrícola e, são implantadas em áreas que a expropriação dos moradores tradicionais ainda não atingiu grande expressões.

No Acre, até 2003 eram duas RESEXs já consumadas: a Chico Mendes (Mesorregião Geográfica Vale do Acre) e a do Alto Juruá (na Mesorregião Geográfica Vale do Juruá). Já os PAEs são oito: Porto Rico (em Acrelândia), Canary (no Bujari), Limoeiro (no Bujari), Remanso (em Capixaba), Santa Quitéria (em Brasília), Cachoeira (em Epitaciolândia), Porto Dias (em Acrelândia) e Riozinho (em Sena Madureira). São espaços territoriais ocupados por populações que tradicionalmente sempre trabalharam com atividades extrativistas de recursos naturais renováveis da floresta. A regularização fundiária nestas áreas ocorre de forma coletiva. Efetua-se através de contratos de concessão de uso, celebrada entre o poder público e associações representativas dos moradores. Nisto se dá a aprovação do Plano de Utilização estabelecendo as normas que garantem a conservação e uso sustentável dos recursos naturais (ACRE, 2000).

Nestas condições, nos alerta **Allegretti** (S.n.t.) que estas modalidades de ocupação da terra, depende do Estado para ser criada, pois este juridicamente é a instância habilitada a reconhecer, mas busca uma organização autônoma, livre de qualquer tutela. Cabe a sociedade que ocupa este espaço, definir os critérios e objetivos para os quais estarão voltados programas, planos e projetos de utilização elaborados. Na prática, o que temos vistos hoje, na Amazônia-acreana, é a busca de alternativas que variam de uma comunidade para outra e, a formação de importantes parcerias entre as associações de moradores das RESEXs e dos PAEs como alguns órgãos oficiais (Prefeituras, Secretaria Estadual de Meio Ambiente, Ministério do Meio Ambiente etc.) e ONGs (CPT, CTA – Centro dos Trabalhadores da Amazônia, S.O.S Amazônia) e cooperativas como a CAEX - Cooperativa Agroextrativista de Xapurí etc.

Os PAEs são projetos que visavam regularizar a situação dos seringueiros que resistiram expropriação promovida no contexto da nova apropriação capitalista da terra, no processo da configuração territorial da fronteira agropecuária. É uma alternativa desenvolvida no âmbito do Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA), com assessoria do CNS e Instituto de Estudos Amazônicos. Com isto, buscava-se garantir a posse de áreas próprias para a continuidade de atividades extrativistas de comunidades de populações tradicionais amazônicas, sem passar pelos loteamentos convencionais, até então empregado em processo de colonização (MIRAD, 1987). Af as famílias mantinham sua estrutura baseada na colocação, com três estradas de seringa em média, como demarcadora de sua área de domínio. Nestes espaços podem trabalhar com extrativismo e atividade agrícola de subsistência, mas priorizando aquelas ligadas aos ramos agroflorestais e de silvicultura. Do ponto de vista, jurídico estes Projetos estão subordinados a administração do INCRA.

A idéia da RESEX nasceu dos próprios seringueiros em meio a sua organizações e lutas de resistência, como uma alternativa viável para conciliar suas condições vidas e valores socioculturais, no âmbito da política de colonização oficial para a região. Com isto, como nos PAEs, buscava-se criar uma alternativa jurídica conciliadora para legalização da terra com as forma de utilização dos recursos da floresta, ecológica e socialmente, viável ao meio ambiente e a sociedade local. A forma de uso da terra também é semelhante ao que relatamos nos PAEs, no entanto, estas reservas subordinam-se ao IBAMA, que é a instância governamental habilitada para legislar sobre estas áreas de preservação ambiental. Assim, pode-se dizer que é uma área dominada por populações que tradicionalmente trabalham com a força familiar em atividades extrativistas de recursos naturais, seja para a auto-subsistência ou para o mercado (o que não impossibilita o desenvolvimento de atividades de cultivos para a subsistência) e, que se conquistou através da regularização convencional de sua forma de exploração, pelo poder publico, como resposta às lutas dos trabalhadores locais (CPT/AC, 1991).

Cabe ainda esclarecer que o domínio sobre a terra das RESEXs se baseia nas colocações com o uso exclusivo da família que ocupa, mas o controle sobre a utilização da área é coletivo (CASTILLO, 1999). Daí a organização de associações de moradores das reservas que, por

exemplo, no caso da RESEX Chico Mendes que abrange áreas de vários municípios da Mesorregião Geográfica Vale do Acre, estas se organizam por unidades municipais, como por exemplo, AMOPREX (Associação dos Moradores e Produtores da Reserva Extrativista Chico Mendes de Xapuri), AMOPREB (Associação dos Moradores e Produtores da Reserva Extrativista Chico Mendes de Brasiléia), AMOPREAB (Associação dos Moradores e Produtores da Reserva Extrativista Chico Mendes de Assis Brasil) etc.

As RESEXs e os PAEs representaram acima de tudo, uma conquistas socioambiental e territorial, em que graças a organização dos trabalhadores seringueiros na resistência e luta pela terra, abriu-se condições para uma efetiva territorialização do domínio dos camponeses sobre áreas antes territorializadas pelo capitalismo – o seringal e/ou fazendas. Hoje, algumas comunidades já gozam de melhores condições de vida, mas há muitas áreas demasiadamente empobrecidas. Há também, problemas da ocupação de áreas por posseiros, às vezes, expropriados dos PADS ou, por população que havia migrado para a cidade nos anos anteriores e agora tentam voltar para juntos de conhecidos ou parentes, e insistem a trabalhar em atividades que leva a maior desmatamento; há as questões referentes a falta de preço, de vias e meios para o escoamentos da produção, de assistência na educação e saúde; há a insistência de próprios moradores em ampliar muito a área desmatada; há uma grande dificuldade de alcançar toda a população com formas de se organizar coletivamente etc. Estas situações podem conduzir, as vezes, moradores das RESEXs e dos PAEs a migrar, em busca de melhores condições de vida. Enfim, podemos dizer que, tiveram-se conquistas, mas ainda é preciso continuar a luta para mantê-las (todos depoimentos que vimos expressam isto). Nisto reside o desafio não só para os governos e moradores destas áreas, mas para a sociedade acreana e até, a brasileira em geral, de gerarmos alternativas que viabilizem estas comunidades integralmente.

Por final, no plano da utilização das áreas de reacomodação camponesa, a grande vantagem que oferece estas modalidade de ocupação da terra sobre os PADS, é que o uso da terra para outra finalidade, que leve a um desmatamento em escala maior é proibido e não pode, sequer estar contido no Plano de Utilização. Isto praticamente inviabiliza o avanço de força capitalista e qualquer possibilidade de reconcentração da propriedade da terra. Neste sentido, no âmbito da reestruturação fundiária acreana pós 1970, os PAEs e as RESEXs, tendem cada vez mais a se caracterizarem como autênticos territórios camponeses na Floresta Amazônica. Todavia a luta, agora é também, para permanecer na terra.

Da luta pela terra a luta na terra

A “luta pela terra ainda continua”, reforçava dizendo o Presidente do STR/Brasiléia em vários momentos de nossa entrevista. Tomando esta informação como expressão real do campo na região, podemos entender que pelo menos internamente a fronteira acreana, ainda não se estabilizou. Porém, a fase mais crítica em que enfrentava a chegada de forças produtivas extra-regionais, já passou. Agora, os diversos agentes que reproduzem o campo acreano buscam internamente construir seus arranjos socioespaciais, no contexto de novos conflitos que os desafiam a encontrar alternativa para permanecerem na terra. Hoje os PADS, os PAEs e as RESEXs demonstram que apesar da pobreza, do isolamento, da falta de assistência a saúde e educação, havia constituição de um espaço próprio para lutar, resistir e viver.

Assim, após períodos de lutas pela terra, os movimentos de resistências passaram a se articular também noutros patamares. Tendo conquistado a terra, a questão é criar condições para nela permanecer com dignidade. Foi com estes intuitos que os movimentos de trabalhadores rurais amazônico-acreano, organizados e contando com pleno apoio da CPT (Comissão Pastoral da Terra) e dos STRs, do CNS etc., em meados da década de 1980, deram início a fundação de associações de produtores rurais nos PADS e das associações dos moradores e cooperativas nas Reservas Extrativistas. É claro que nada se construiu do acaso,

em cada comunidade já havia "célula" das organizações plantadas, que vinha das antigas comunidades de bases, das delegacias sindicais e da própria organização comunitária.

O caráter da luta de resistência, agora viria dar sustentação ao que podemos chamar de *movimento de luta na terra*, o que denota uma fase posterior na *luta pela terra*. A *luta na terra* é uma expressão de que o camponês já se territorializou, garantiu o acesso seu espaço produtivo, mas como não se isolou da realidade. Assim, a *luta na terra* demonstra uma reação de camponeses que não aceitam a expropriação como condição predestinada; entendem que é impossível se isolar do mercado, querem desfrutar de maiores confortos, mas querem continuar a ser trabalhador rural no campo e na floresta. Isto não significa opção pela pobreza, miséria e atraso, tampouco ficar rico, mas sim ter vida com dignidade, ter fartura, ser cidadão onde mora.

Hoje, estes espaços de resistências se materializam nas associações, cooperativas e centrais de associações de produtores (agrícola e extrativista), que reúnem agentes que habitam o campo e floresta, mas solidificam existências correlacionadas com a vida nas cidades, onde se localizam as sedes de suas organizações. As instituições que daí nascem, são espaço de manifestações dos conflitos socioambientais de camponeses já territorializados e da organicidade dos movimentos que resistem na terra (e que lutaram pela terra), seja nos PADs, nos PAEs ou nas RESEX, que não querem a expropriação e a subordinação total ao mercado como destinos, mas entendem a necessidade de integrar para viver e até para transformá-lo (o que é contraditório, mas não excludente de possibilidades). No âmbito interno das organizações, busca-se na formação de seus associados partir de valores da solidariedade e da ajuda mútua (tão comum aos camponeses) para sobrepor a competitividade; entre as diversas organizações há a cooperação sobre a competição; mas no mercado tem que partir para a competição com empresas privadas. Assim, o caráter fundamental destas organizações passa, pela essência da resistência da luta camponesa no âmbito dos conflitos produzidos na territorialização do capitalismo na Amazônia.

Avaliar e prognosticar estas organizações como alternativas é um passo fundamental para desvendar a realidade do campo amazônico e projetar novas alternativas. Mas isto será outra etapa e foge ao objetivo deste trabalho.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na reprodução do espaço agrário da Amazônia-acreana, o capitalismo ao se reproduzir, reproduziu-se de forma ampliada e contraditória. Isto se dava por dinâmicas que denotavam sempre o conflito entre os agentes sociais e econômicos que promoveram as fases desta fronteira já vivenciadas. A reprodução deste espaço agrário se deu com completa submissão de todos os âmbitos da forças produtivas aos interesses e desígnios do capitalismo: as forças nativas que contraporam ao início da ocupação, foram semidizimadas. Por outro lado, o seringueiro se produz por relações tipicamente capitalista entre os auxiliares mais próximos do patrão como guarda-livros e comboieiros, mas para a floresta com as grandes massas de trabalhadores camponeses nordestinos deslocados, recriou relações de trabalhos sob formas compulsórias e submeteu-os como escravos por dívidas. Essa recriação em meio a esses sujeitos, que por momentos vêem suspensos quase que totalmente sua autonomia, mostra a condição de que o capitalismo se reproduz recriando maneiras para que sua territorialização ocorra em áreas em que ainda não havia se territorializado. É isto que dá as condições de acumulação inicial do capital, que são bases para futuros estabelecimentos de relação mais complexas, na reprodução do espaço.

A fragilidade da estrutura do sistema produção do seringueiro baseado em alta dependência do capital externo, possibilitou as aberturas necessárias ao auto-recriação de um campesinato. Estes sujeitos em meio às crises econômicas e políticas que assolaram a região, não exitaram em buscar reconstruir suas bases produtivas, mesmo submetidas territorialmente no âmbito da grande propriedade, como posseiro. É interessante que ao mesmo tempo em que o seringueiro

buscava reconquistar sua autonomia e liberdade, estrategicamente em momentos de crises no seringal, o próprio seringalista liberava parcela de sua mão-de-obra para praticar agricultura de subsistência, se vendo livre da necessidade de aviar estes grupos e, ao mesmo tempo, obter produtos para a manutenção de seus agentes locais. No conjunto destes processos, paulatinamente, por décadas seguidas, os trabalhadores da borracha se recriam em dimensão de produção na mata e no roçado, numa identidade de amazônida em que sua vida familiar e comunitária se expressa por valores, conflitos, trabalho e resistência na conformação de sua territorialidade como homens da floresta. Em tudo isto residiram às forças que se confrontaram na recriação de um campesinato com “pés na floresta”, mas com raízes nos legados do sertanejo nordestino.

Nestas bases socioespaciais, podemos dizer que a relação destes homens com seu meio ambiente caracterizou pontos do convívio entre *homem versus homem* e *homem versus floresta* na dialética de relações contraditórias de vidas, conflitos e interações *homem versus natureza*. Discutir a questão da territorialidade seringueira, passa pela concepção de seu mundo, de seus valores socioculturais e socioambientais na floresta. Mas falamos nisto não por causa da “moda ecologista”, mas porque a vida do seringueiro *está na floresta e é a floresta* – como um dia nos disse o Sr. Lupércio Freire Maia³⁰. Estas dimensões nos dão bases para compreender o sentido social e territorial dos conflitos existentes e daqueles suscitados no contexto mais recente das articulações da fronteira na Amazônia-acreana.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ACRE, Governo do Estado do. **Zoneamento Ecológico-Econômico do Estado do Acre:** aspectos socioeconômicos e ocupação territorial. Rio Branco: SECTMA, 2000. v.2. 313p.
- ALLEGRETTI, Mary. **Reservas Extrativistas**—resultados recentes e perspectivas. S.n.t (mineo). 8p.
- BARROS, Raimundo. O seringueiro. In: **Revista Terra Livre**. Geografia e prática social, São Paulo: AGB/Marco Zero, 1990. n° 7. p. 09-21.
- BOGO, Ademar. **Lições da luta pela terra**. Salvador: Memorial das letras, 1999. 160p.
- CASTILLO, Carlos Enrique Aragon. Das reservas extrativistas para a Amazônia: (Lições para a prática do desenvolvimento sustentável. In: **Revista Terra das Águas**, Brasília: Núcleo de Estudos Amazônicos –NEAZ/UNB, 1999. v. 1. n.2. 2.sem. p.51-69.
- CASTORIADIS, Cornelius. **A instituição imaginária da sociedade**. 3.ed. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1995. 418p. (tradução de Guy Reynand).
- CALIXTO, Valdir de O. et al. **Acre: uma História em construção**. Rio Branco: FDRHCD, 1985. 223p.
- CHAYANOV, Alexander V. **La organización de la unidad económica campesina**. Buenos Aires: Nueva Visión SAIC, 1974. (Tradução para o espanhol: Rosa Maria Rússovich, 1ª edição original em russo, 1925).
- CPT/AC (Comissão Pastoral da Terra – Acre). **Reservas Extrativistas**. Rio Branco: CPT, 1991. Caderno 3 (Arquivo – CPT/AC – Rio Branco). 6p.
- _____. **Reserva Extrativista:** reforma agrária autentica. Rio Branco: CPT. S.d. 28p. (Arquivo – CPT/AC – Rio Branco).
- DUARTE, Élio G. **Conflitos pela terra no Acre**. Rio Branco: Casa da Amazônia, 1987.

³⁰ - Lupércio Freire é um cearense, seringueiro e ex-soldado da borracha. Chegou ao Acre em 1943, como parte da força recrutada pelo exército brasileiro (II Guerra Mundial). Foi entrevistado por nós em setembro de 1998, em sua residência na BR-317, km 32, no trecho “Brasília – Assis Brasil”.

- FERNANDES, Bernardo M. Movimento social como categoria geográfica. In: **Revista terra livre**. Geografia, política e cidadania, São Paulo, AGB, 2000. n.15. p.59-85.
- _____. **A formação do MST no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 2000. 319p.
- IOKOI, Zilda Gricoli. **Igreja e camponeses**: Teologia da libertação e movimentos sociais no campo. São Paulo: HUCITEC, 1996. 255p.
- LACOSTE, Ives. **Geografia**: isso serve, em primeiro lugar, para fazer a guerra. Campinas: Papius, 1988. 263p. (tradução de Maria Cecília França)
- MARTINS, José de Souza. **Os camponeses e a política no Brasil**: as lutas sociais no campo e seu lugar no processo político. 5.ed. Petrópolis: Vozes, 1995. 185p.
- _____. **Fronteira**: a degradação do outro nos confins do humano. São Paulo: HUCITEC, 1997. 213p.
- MEIHY, José Carlos. S. B. **Manual de história oral**. 3.ed. São Paulo: Loyola, 1996, 2000.
- _____. Definindo história oral e memória. In: **Cadernos CERU**, São Paulo, Centro de Estudos Rurais e Urbanos, 1994. n.5. s.2. p. 53-60.
- MENDES, Chico. A luta dos povos da floresta. In: **Revista Terra Livre**. Geografia e prática social, São Paulo: AGB/Marco Zero, 1990. n° 7. p. 09-21.
- MIRAD (Ministério da Reforma Agrária e Desenvolvimento). **Projeto de Assentamento Extrativista**. MIRAD, 1987. 12p. (mineo - Arquivo da CPT/AC - Rio Branco)
- OLIVEIRA, A. U. de. **A agricultura camponesa no Brasil**. São Paulo: Contexto, 1991. 164p.
- PERANI, Cláudio. Pastoral popular e movimentos sociais. In: **Cadernos CEAS**, Salvador, Centro de Estudos e Ação Social, 1989. n.119. p.13-22.
- RAFFESTIN, Claude. **Por uma Geografia do Poder**. São Paulo: Ática, 1993. 269p.
- REIS, Artur César Ferreira. **O Seringal e o seringalista**. Rio de Janeiro: Ministério da Agricultura, 1953. 149p.
- SANTOS, Milton. O papel ativo da Geografia - um manifesto. In: **Revista Território**, Rio de Janeiro, LAGET/UFRJ, 2000. n.9. jul/set. p.103-109.
- SHANIN, Teodor. **La clase incómoda: sociología política del campesinato en una sociedad en desarrollo (Rusia 1910 - 1925)**. Madrid: Alianza, 1983. 327p.
- SILVA, Adalberto Ferreira da. **Raízes da ocupação recentes das terras do Acre**: Movimentos de capitais, especulação fundiária e disputa pela terra. Belo Horizonte, 1982, 115p. Dissertação (Mestrado em Economia) - Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional, Universidade Federal de Minas Gerais - CEDEPLAR/UFMG.
- SILVA, Sílvia Simione da. **A fronteira agropecuária acreana**. Presidente Prudente, 1999. 373p. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Faculdade de Ciências e Tecnologias da Universidade Estadual Paulista - FCT/UNESP.
- SOUZA, Carlos Alberto A. de. **"Varadouros da Liberdade"**: empates no modo de vida dos seringueiros de Brasília - Acre. São Paulo, 1996. 305p. Tese (Doutorado em História Social) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo - PUC/SP.
- THOMPSON, Eduard. P. **Costumes em comum**: estudos sobre a cultura popular tradicional. São Paulo: Companhia das letras, 1998. 493p. p.13-23; p. 267-304.
- _____. "O tempo, a disciplina do trabalho e o capitalismo industrial". In: SILVA, Tomas Tadeu da (org.). **Trabalho, educação e prática social**. Porto Alegre: Artes medidas, 1990. p. 44-93.